

CAPITÃO QOPM GILBERTO DO NASCIMENTO GOMES

PREJUÍZOS DAS DROGAS LÍCITAS À POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Administração Policial.

Orientador Metodológico:

Professor Dr. Márcio S. B. S. de Oliveira

Orientador de Conteúdo:

Cel PM RR João Zilli Porcides

CURITIBA

2005

“Agradeço a Deus, por ter-me dado saúde e força suficientes para superar mais esta etapa de minha vida.

Aos professores e instrutores do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais/Especialização em Administração Policial, pelos conhecimentos transmitidos.

Aos colegas de Curso, pelos momentos inesquecíveis, pela amizade e companheirismo dedicados.

Agradecimentos especiais ao Professor e Orientador Metodológico Dr. Márcio S. B. S. de Oliveira, ao Orientador de Conteúdo, Coronel PM RR João Zilli Porcides e ao Capitão Maurício César de Moraes, pela revisão gramatical do texto.

“Dedico este trabalho à minha família, pelo afeto, paciência e pelo incentivo prestado, mesmo estando ausente, durante o período de curso”.

*“O homem que perde a riqueza, perde muito;
Aquele que perde um amigo perde mais;
Mas aquele que perde a coragem, perde tudo”*

(MIGUEL DE CERVANTES)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	- OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS ENVOLVENDO PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS	44
GRÁFICO 2	- TIPIFICAÇÃO DOS TRANSTORNOS CAUSADOS POR PM PELO USO DE DROGAS LÍCITAS	45
GRÁFICO 3	- ADMINISTRAÇÃO DE PROBLEMAS COM PESSOAL PELO USO DE DROGAS LÍCITAS	46
GRÁFICO 4	- OCORRÊNCIA DE AFASTAMENTO DE PM POR MOTIVO DE SAÚDE DEVIDO ÀS DROGAS LÍCITAS	47
GRÁFICO 5	- SOBRECARGA DE TRABALHO PELA AUSÊNCIA DE PM AFASTADOS POR PROBLEMAS DE SAÚDE DEVIDO ÀS DROGAS LÍCITAS	48
GRÁFICO 6	- MINIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PARA A ATIVIDADE DEVIDO AOS AFASTAMENTOS OCORRIDOS	49
GRÁFICO 7	- INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS OU PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DEVIDO AO COMPORTAMENTO DE PMs USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS	50
GRÁFICO 8	- OCORRÊNCIA DE DISPÊNDIO DE PESSOAL PARA APURAR RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS DE PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS	51
GRÁFICO 9	- OCORRÊNCIA DE SANÇÕES DISCIPLINARES OU EXCLUSÕES DEVIDO AO COMPORTAMENTO DOS PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS	52
GRÁFICO 10	- OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO DA ATIVIDADE OPERACIONAL DEVIDO AO AFASTAMENTO DE PM PROCEDENDO E RESPONDENDO PROCEDIMENTOS OU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	53
GRÁFICO 11	- OCORRÊNCIA DE PREJUÍZOS COM PESSOAL, PARA O COMANDO, EM TODOS OS SETORES, DEVIDO AO USO DE DROGAS LÍCITAS	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS ENVOLVENDO PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS	44
TABELA 2	- TIPIFICAÇÃO DOS TRANSTORNOS CAUSADOS POR PM PELO USO DE DROGAS LÍCITAS	45
TABELA 3	- ADMINISTRAÇÃO DE PROBLEMAS COM PESSOAL PELO USO DE DROGAS LÍCITAS	46
TABELA 4	- OCORRÊNCIA DE AFASTAMENTO DE PM POR MOTIVO DE SAÚDE DEVIDO ÀS DROGAS LÍCITAS	47
TABELA 5	- SOBRECARGA DE TRABALHO PELA AUSÊNCIA DE PM AFASTADOS POR PROBLEMAS DE SAÚDE DEVIDO ÀS DROGAS LÍCITAS	48
TABELA 6	- MINIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PARA A ATIVIDADE DEVIDO AOS AFASTAMENTOS OCORRIDOS..	49
TABELA 7	- INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS OU PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DEVIDO AO COMPORTAMENTO DE PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS	50
TABELA 8	- OCORRÊNCIA DE DISPÊNDIO DE PESSOAL PARA APURAR RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS DE PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS	51
TABELA 9	- OCORRÊNCIA DE SANÇÕES DISCIPLINARES OU EXCLUSÕES DEVIDO AO COMPORTAMENTO DOS PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS	52
TABELA 10	- OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO DA ATIVIDADE OPERACIONAL DEVIDO AO AFASTAMENTO DE PM PROCEDENDO E RESPONDENDO PROCEDIMENTOS OU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	53
TABELA 11	- OCORRÊNCIA DE PREJUÍZOS COM PESSOAL, PARA O COMANDO, EM TODOS OS SETORES, DEVIDO AO USO DE DROGAS LÍCITAS	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	- Alcoólicos Anônimos;
Ago	- Agosto;
AIDS	- Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida;
Art.	- Artigo;
AVM	- Associação da Vila Militar;
BPM	- Batalhão de Polícia Militar;
CEBRID	- Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas;
CO	- Monóxido de Carbono;
CPC	- Comando do Policiamento da Capital;
DF	- Distrito Federal;
DP	- Diretoria de Pessoal;
DS	- Diretoria de Saúde;
DST	- Doenças Sexualmente Transmissíveis;
Ed.	- Edição;
Hb	- Hemoglobina;
Jul	- Julho;
Mai	- Maio;
MG	- Minas Gerais;
Nº	- Número;
OMS	- Organização Mundial da Saúde;
OPM	- Organização Policial Militar;
p.	- Página;

- PM - Policial-Militar;
- PM/1 - Primeira Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná;
- PM/3 - Terceira Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná;
- PM/5 - Terceira Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná;
- PMPR - Polícia Militar do Paraná;
- SAS - Serviço de Assistência Social;
- SJD - Seção de Justiça e Disciplina;
- SNC - Sistema Nervoso Central;
- SUS - Sistema Único de Saúde;
- UFPR - Universidade Federal do Paraná;
- UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS E LISTA DE SIGLAS.....	viii
RESUMO.....	xii
1 INTRODUÇÃO	1
2 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS E EFEITOS DAS DROGAS LÍCITAS	7
2.1 NOÇÕES GERAIS SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE ENVENENAMENTOS	7
2.2 MODOS DE PENETRAÇÃO DOS VENENOS NO ORGANISMO	8
2.3 MODOS DE AÇÃO DOS VENENOS	8
2.4 AS DROGAS E SEUS EFEITOS	9
2.5 CORPO HUMANO E SAÚDE	10
2.5.1 Fundamentos à abordagem do usuário de drogas lícitas	12
2.5.2 Prevenção: Uma cultura necessária	13
2.5.3 Como você pode ajudar o sujeito que faz uso da droga lícita?	15
2.6 O CIGARRO E O ÁLCOOL TAMBÉM SÃO DROGAS	16
2.6.1 Álcool	17
2.6.2 Tabaco e Cigarro	17
2.7 DROGAS LÍCITAS ENQUANTO PROBLEMA	18
3 DROGAS LÍCITAS NA POLÍCIA MILITAR	23
3.1 O PROBLEMA DAS DROGAS LÍCITAS NA POLÍCIA MILITAR	23
3.2 PERFIL DESEJADO AO POLICIAL-MILITAR	26
3.3 O ESTRESSE POLICIAL COMO CAUSA DE USO DE DROGAS LÍCITAS E DE OUTRAS INCAPACITAÇÕES	27
3.4 O AMBIENTE DA INSTITUIÇÃO POLICIAL MILITAR	29
3.4.1 O comportamento das organizações	29
3.4.2 Aspectos funcionais da dinâmica dos grupos	31
3.4.3 Tipos de sistemas organizacionais	33
3.4.4 A competência da Polícia Militar	33
3.4.5 As relações do policial-militar com sua atividade	34

3.4.6 O reflexo do processo cultural da PM sobre seus integrantes	39
4 METODOLOGIA	42
4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	42
5 ANÁLISE E TRATAMENTO ESTATÍSTICO	44
5.1 ANÁLISE E TRATAMENTO ESTATÍSTICO DA PESQUISA QUANTITATIVA	44
5.2 ANÁLISE E TRATAMENTO ESTATÍSTICO DA PESQUISA QUALITATIVA	46
6 CONCLUSÃO E SUGESTÕES	55
6.1 CONCLUSÃO	55
6.2 SUGESTÕES	57
REFERÊNCIAS	59
ANEXOS	61

RESUMO

O presente estudo tem a finalidade de demonstrar quantitativamente e qualitativamente os prejuízos causados para o gerenciamento da Corporação pelo uso de drogas lícitas pelo policial-militar, visando despertar a preocupação do Comando da Polícia Militar para o problema. Para chegarmos a uma conclusão, primeiramente foram descritos aspectos técnicos sobre a toxicologia, passando-se às questões de tipificação das drogas, dependência, causas que movem o policial-militar ao uso de drogas lícitas, manifestando em seguida aspectos de dinâmicas de grupos que podem auxiliar os policiais-militares usuários dessas drogas. Em seguida, foi discorrido sobre as drogas lícitas dentro da Organização Polícia Militar do Paraná e finalmente, através de levantamentos estatísticos foi possível mensurar a quantidade de policiais-militares afastados do serviço por problema de saúde motivados pelos males causados pelas drogas lícitas, a quantidade de instauração de procedimentos ou processos administrativos provenientes do comportamento dos usuários de drogas lícitas, a quantidade de sanções disciplinares e exclusões das fileiras da PMPR, causadas pelo comportamento dos usuários de drogas lícitas, finalizando com a quantidade de policiais-militares afastados do serviço, motivados por sanções disciplinares resultantes do comportamento desses usuários. Todos esses dados levam a informar e alertar o Comando da Corporação quanto aos prejuízos causados pela ausência de medidas inibitórias dessa prática por parte dos policiais-militares do Estado.

Palavras-chave: Drogas Lícitas, prejuízo, procedimentos, processos administrativos, sanções disciplinares, Polícia Militar do Paraná.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo, sob o título, Prejuízos das Drogas Lícitas à Polícia Militar do Paraná, foi definido após o entendimento que estes abusos são sobremaneira prejudiciais à Corporação.

O abuso é definido pela ingestão de substâncias químicas que podem levar à adição, problemas físicos ameaçadores à vida e uma série de problemas emocionais.

O dependente de substâncias químicas é encarado pela sociedade dentro de dois modelos: o moral e o modelo doença, sendo que o primeiro é o que mais contribui para que o indivíduo não entre em contato com a realidade da dependência.

O modelo moral, considera que os indivíduos usuários de drogas lícitas são totalmente responsáveis por seu vício. A partir deste ponto de vista, as pessoas são hedonistas, interessadas apenas na sua própria busca do prazer, sem considerar os sentimentos dos outros. Este modelo tem suas raízes na crença religiosa fundamentalista de que drogas, como o tabaco e o álcool, são sinais de depravação moral. A falta de força de vontade está ligada, de forma muito próxima, à noção de pecado e a punição, por meio do sistema legal, é, com frequência, considerada a forma adequada de lidar com os usuários. A eliminação da conduta de beber e fumar, é uma questão de superação de uma fraca força de vontade e de libertar-se pelo próprio esforço.

A pessoa que se torna usuária de drogas lícitas, o faz não por simples prazer, pois não consegue optar livremente entre ingerir substância entorpecente e abster-se. O usuário passa por estágios de dependência, sendo assim, não se pode desconsiderar o bebedor-problema, fumante-problema.

Em contraste com o modelo moral, temos o modelo doença, que teve a sua popularidade aumentada com o sucesso dos Alcoólicos Anônimos (AA) e as incessantes campanhas anti-tabagismo. Este modelo, alivia a pessoa do viciado da responsabilidade por sua doença. Exatamente como uma pessoa diabética não é responsável por sua diabetes, a pessoa alcoolista e/ou fumante não tem predisposição

inerente à adição a substâncias exógenas e os fatores psicológicos são irrelevantes. Embora este modelo tenha surgido como um manifesto às reações moralizadoras, ele obteve apoio de estudos genéticos dos filhos de pessoas com problemas de ingestão de drogas lícitas, feitas pelos pesquisadores Goodwin, em 1979 e Schuckit, em 1985. “Mesmo quando criados separados dos pais usuários, estas crianças têm um risco aumentado de desenvolver certos vícios quando adultos” (GABBARD, 1999, p. 239).

O alcoolista, via de regra, apresenta alterações de personalidade que afetam seu relacionamento interpessoal. Isto gera, ao mesmo, sofrimento e prejuízos tanto em seu ambiente familiar, quanto no organizacional. O mesmo acontece com um fumante que se afasta do cigarro.

Freqüentemente, através do telefone de emergência da Polícia Militar do Paraná – 190 –, atendem-se ocorrências envolvendo algum policial-militar embriagado. Elas vão desde uma briga em bar, ou vias de fato com vizinhos, chegando a ocorrências mais sérias, como lesão corporal grave ou homicídio praticado por este policial-militar ou contra ele em razão de seu estado etílico.

Absenteísmo e atrasos freqüentes têm como causador também o uso abusivo de drogas lícitas, principalmente nos finais de semana, justamente no período em que a demanda de ocorrências policiais se torna maior, havendo necessidade de aumento do contingente policial em ação. Como consequência, o PM faltoso acarreta transtorno administrativo com relação à execução da escala de serviço, sobrecarregando outros policiais-militares.

Há casos em que alguns se apresentam embriagados para assumir o serviço e, sendo detectados são responsabilizados, geralmente, no âmbito administrativo, embora tal ato seja tipificado como crime militar, previsto no Código Penal Militar - Artigo 202 - podendo o policial-militar ser condenado a uma pena de detenção de seis meses a dois anos por se embriagar em serviço ou se apresentar embriagado para assumi-lo.

Algumas vezes, o PM alcoolista vai para a rua fazer policiamento, alcoolizado, colocando em risco à sua vida e das pessoas a quem tem o dever de servir e proteger. E, se não há suficiente fiscalização no serviço, existem aqueles que saem do quartel lúcidos, param em bares, compram bebida alcoólica e dão um jeito de consumi-la

discretamente em outro lugar. A notícia que se tem depois é que estes abordam cidadãos, de forma arbitrária e violenta, sem razões fundamentadas, gerando não raras vezes, uma intervenção de outros policiais-militares que estão de serviço.

Estes fatos, ao gerarem outras consequências graves, fatalmente chegarão ao conhecimento da comunidade pelos meios de comunicações ou por uma parcela dos mesmos. De qualquer forma eventos como estes produzem insegurança na população, não sendo os únicos, mas um dos motivos que levam a uma representação social negativa que a sociedade tem desta Instituição.

Perde não só o policial-militar, mas perde também a Corporação, porque o resultado seguinte, decorrente da baixa produtividade e má qualidade do serviço prestado pelo PM dependente, é geralmente a sua exclusão da Corporação, a bem da disciplina ou sua reforma administrativa por questões de má conduta.

O claro que este profissional, qualificado e experiente, deixa, implicar novo processo de recrutamento, seleção e treinamento para preenchimento de sua vaga, o que não ocorre de forma imediata.

O problema da Corporação, neste caso específico, é resolvido de certa forma, o que não se resolvem são os problemas do PM usuário de drogas lícitas, que, além da doença, irá enfrentar sérios problemas de ordem familiar, social e de inserção no mercado de trabalho – empreendimento no qual dificilmente terá sucesso por encontrar-se numa faixa etária avançada e por carregar o estigma de ser alcoolista.

Durante muitos anos, o consumo da maconha foi considerado como o primeiro estágio da dependência química. As recentes pesquisas, porém, descartam essa tese, batizada de “Teoria da Escalada”. O resultado dos estudos e a própria experiência dos médicos demonstram que o problema começa de outra forma: no consumo exagerado de bebidas alcoólicas e cigarros.

Para FERRAZ (2001, p. 8), “não há dúvida de que a porta de entrada da dependência é o álcool. Como a bebida é socialmente aceita, as doses, não são consideradas um problema, mas apenas um deslize. Subestimam-se os efeitos maléficos do álcool, mesmo quando o exagero ocorre na adolescência”.

Ainda no contexto brasileiro, cerca de “95% dos casos de toxicomania são causadas pelo álcool e tabaco” (PANITZ, 1991, p. 20). O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID) afirma que eles “são responsáveis por 90% das internações psiquiátricas”.

A cirrose alcoólica do fígado é a sétima doença que causa óbitos no Sistema de Internação Hospitalar do SUS – Sistema Único de Saúde. Segundo o Ministério da Saúde, o alcoolismo, no triênio 1995/96/97, foi a 4ª doença incapacitante.

Os órgãos de saúde têm aceitado que da população geral do Brasil, 21% da população economicamente ativa, apresenta problemas severos de alcoolismo aliados ao tabaco.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, afirma que 10% da população mundial apresenta predisposição à dependência do álcool, e que é a terceira doença que mais mata no mundo, devendo-se também ser dada importância primordial às doenças causadas pelo uso do tabaco. Relacionando o percentual com a Polícia Militar, corresponde a um índice muito alto para exoneração, haja vista que na maioria das vezes é isto que sobra para o policial-militar.

Torna-se importante então, que no meio organizacional, a droga lícita seja reconhecida como doença, pois de outro modo, o quadro tende a agravar-se dentro das organizações.

A Polícia Militar do Paraná ainda vem respondendo aos efeitos deste problema, com a exclusão e punição de seus alcoolistas. Muitas vezes, estes sofrem linchamento moral em reuniões de trabalho, pelas suas ações quando alcoolizados. Chegam a ser motivo de piadas e deboches de muitos companheiros de caserna.

Vislumbra-se, no entanto, uma luz no fim do túnel, onde a Corporação sinaliza para um enfrentamento do problema, mas ainda de uma forma muito empírica e superficial. A mudança de postura da Polícia Militar em face do problema, abrirá novas perspectivas, sendo possível resgatar-se a boa qualidade do serviço prestado à sociedade, bem como, permitir que a Corporação se antecipe para intervir em situações do ambiente profissional deste indivíduo, a fim de desfavorecer a doença.

Sabemos que nas contratações feitas em empresas e nas admissões em órgãos públicos, gozar de saúde física é uma das exigências para a admissão. Contudo, a manutenção da saúde mental tem sido um grande desafio a ser vencido pelas Instituições. E, quando falamos em dependência química, objeto desta pesquisa, independente de vitimar a pessoa por anomalias fisiológicas e doenças físicas, pode comprometer a saúde mental, e isto é causa de afastamento do trabalho em virtude de distúrbios mentais que podem, por fim ser causados.

Diante deste quadro, fez-se necessário buscar no presente estudo, como objetivo geral, a demonstração quantitativa e qualitativa dos prejuízos causados para o gerenciamento da Corporação pelo uso de drogas lícitas pelo PM, visando despertar a preocupação do Comando para o problema.

Buscou-se, ainda, como objetivos específicos, mensurar a quantidade de policiais-militares afastados do serviço por problema de saúde, motivados pelos males causados pelas drogas lícitas, a quantidade de instauração de procedimentos ou processos administrativos, provenientes do comportamento dos usuários de drogas lícitas, a quantidade de sanções disciplinares e exclusões das fileiras da PMPR, causadas pelo comportamento de seus usuários, bem como, a quantidade de PMs afastados do serviço, motivados por sanções disciplinares resultantes do comportamento dos usuários de drogas lícitas.

Para tanto, primeiramente, tratou-se dos pressupostos conceituais e os efeitos das drogas lícitas, com noções gerais sobre as diferentes formas de envenenamento, os modos de penetração de veneno no organismo, os modos de ação dos venenos, as drogas e seus efeitos, o corpo humano, a saúde, o álcool, o tabaco e as drogas lícitas enquanto sendo problema para a sociedade. No desenvolvimento do estudo, transcorreu-se sobre as drogas lícitas na Polícia Militar do Paraná, sendo abordados assuntos relevantes como o perfil desejado ao policial-militar, o estresse policial como causa de uso de drogas lícitas e de outras incapacitações, passando-se então, a relatar sobre o ambiente de trabalho na Polícia Militar com suas competências legais, grupos de trabalho preventivo ao uso de drogas lícitas, as relações do policial-militar com sua atividade e os aspectos funcionais das dinâmicas de grupo. Foi também tratada a

metodologia aplicada, análise e tratamento estatístico da pesquisa de campo qualitativa e quantitativa, finalizando com uma conclusão e propostas.

Após todo o exposto, buscou-se, através de levantamento na PMPR, os males aos recursos humanos (administrativos e fisiológicos) causados pelas drogas lícitas à Corporação, visando despertar a preocupação dos integrantes e, principalmente, o Comando da Polícia Militar para o problema.

2 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS E EFEITOS DAS DROGAS LÍCITAS

2.1 NOÇÕES GERAIS SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE ENVENENAMENTOS

Do ponto de vista da sua etiologia, os envenenamentos podem ser divididos do seguinte modo:

- Envenenamentos criminosos;
- Envenenamentos suicidas;
- Envenenamentos acidentais.

Se o certo é que a frequência dos envenenamentos criminosos é relativamente baixa, os envenenamentos suicidas são, pelo contrário, numerosos. As substâncias empregadas com o fim de causar a morte são muito variáveis, mas atualmente, são óxido de carbono, sob a forma de gás de iluminação, e os hipnóticos, em particular, os barbitúricos, os mais correntemente empregados.

A cedência destes últimos pelo farmacêutico deve ser feita com a maior prudência e observando estritamente as leis que regulam o exercício da Farmácia. Põe-se aqui uma questão de consciência profissional sobre a qual nunca será demais insistir. Os envenenamentos acidentais podem produzir-se em circunstâncias diversas, tornando-se cada dia mais numerosos como consequência da difusão sempre crescente do emprego de produtos químicos, quer em terapêutica, quer na indústria, quer na agricultura, quer mesmo no domínio alimentar.

Tais generalidades mostram que a toxicologia, ou ciência dos venenos, ultrapassa largamente o quadro da competência médico-legal, para se interessar pelos múltiplos efeitos nocivos que podem manifestar-se na seqüência de uma utilização sempre crescente dos agentes químicos, tanto em terapêutica como nos variados domínios da atividade humana. A diversidade dos problemas tratados, quer no plano analítico quer no plano biológico, exige, da parte daqueles que desejam contribuir para o seu estudo e, eventualmente, para a sua solução, conhecimentos polivalentes.

2.2 MODOS DE PENETRAÇÃO DOS VENENOS NO ORGANISMO

Salvo no caso dos efeitos locais sobre os tegumentos (pele e mucosas), os venenos só desenvolvem os efeitos que lhes são próprios quando atingem o nível dos órgãos sobre os quais são susceptíveis de agir. É, pois, necessário que sejam absorvidos e passem para o sangue, linfa e líquidos intracelulares, por onde serão veiculados até aos órgãos sensíveis. Deve sublinhar-se a este respeito que o que importa não é a quantidade absoluta de veneno, mas o ritmo de absorção, que condiciona a concentração do nível dos receptores. Esse ritmo depende, em larga medida, da via de introdução. Daí o interesse em saber-se:

- Pela via digestiva;
- Pela via respiratória;
- Pela pele e as mucosas;
- Por diversas outras vias, raramente na origem de intoxicações.

2.3 MODOS DE AÇÃO DOS VENENOS

Na realidade, se certos venenos provocam em todas as pessoas sintomas característicos, como é o caso da atropina ou da estriçnina, e se, portanto, a sua identificação fisiológica é fácil e segura, outros existem cuja ação é mais complexa e menos aparentemente específica. Assim, a sintomatologia do arsenicismo é das mais diversas, e os sintomas classicamente reconhecidos desta intoxicação podem não se manifestar, mesmo numa intoxicação mortal.

Esta inconstância dos sintomas não está, todavia, em oposição com a noção de especificidade de ação dos tóxicos. Compreende-se, com efeito, que ao lado de uma ação primitiva e essencial, as ações secundárias variam segundo os indivíduos, e tanto mais quanto menos estreitamente localizada estiver a ação primitiva.

Não admira, pois, que sintomas banais apareçam em grande número de casos: vômitos, diarreia, colapso ou coma. Mas trata-se, em suma, de epifenômenos dependentes do traumatismo de um tecido ou de um órgão determinado. Apenas as ações que causam os traumatismos apresentam alguma especificidade e devem merecer a atenção.

Convém sublinhar que, a partir da sua entrada no sangue, qualquer que seja a via por onde tenha chegado, o veneno é transportado em cerca de 23 segundos através de todo o organismo. Localiza-se de preferência em certos órgãos, em função da natureza físico-química do veneno e dos órgãos, e das condições mais ou menos fáceis de acesso a cada um deles. Atuará a partir daí sobre os elementos da célula viva que tiver atingido e perturbará mais ou menos o seu metabolismo normal.

2.4 AS DROGAS E SEUS EFEITOS

Conhecer as drogas, seus mecanismos de ação, seu poder de causar dependência, seus efeitos nocivos e tudo o que se relaciona ao que elas causam ao ser humano é, sem dúvida alguma, importante para quem trata de compreender melhor a questão da toxicômana. Mas isto é apenas uma parte dessa tentativa. Precisamos insistir: se ficássemos nesse aspecto, estaríamos estudando farmacologia. Para estudar o toxicômano, é preciso ir mais além, é preciso analisar as questões psicológicas, sociais, culturais e até mesmo legais relativas ao consumo de substâncias psicoativas pelas pessoas.

A abordagem moderna da questão da toxicômana insiste em analisar tal fenômeno a partir de três fatores:

- a) a personalidade do consumidor de drogas;
- b) o seu meio sociocultural;
- c) as características dos efeitos que as drogas causam sobre o seu organismo e seu psiquismo.

Muitas drogas são alcalóides, consumidas tal como são encontradas nos vegetais em que naturalmente existem. Outras são manipuladas quimicamente e modificada para o consumo. O essencial, na definição de drogas psicoativas é que sua administração provoca uma modificação específica no estado psíquico do sujeito, modificação possível prever-se, mas impossível predominar-se com exatidão.

O que complica a questão é o fato de que determinadas drogas psicoativas podem levar alguns indivíduos a estabelecerem com elas uma relação tão intensa, que sem usá-las, eles não conseguem obter prazer de viver. Um dos conceitos mais próximos a esta noção é o de dependência. A dependência é a consequência de um desejo sem medida. Existem dúvidas, hoje em dia, se determinadas drogas causam ou não dependência física ou somente dependência psicológica. Certamente, também a escolha de uma determinada droga será influenciada pelas características de personalidade de um dado consumidor.

2.5 CORPO HUMANO E SAÚDE

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) , "a saúde é o completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades". Essa definição amplamente conhecida e aceita em todo o mundo, toma a saúde, de certa maneira, um ideal inatingível.

O corpo humano pode ser considerado um complexo laboratório químico e que depende basicamente de três funções:

- a) Assimilação de substâncias através da ingestão de substâncias sólidas, líquidas e gasosas.
- b) Produção de novas substâncias químicas a partir das ingeridas, por meio do metabolismo.
- c) Eliminação do material não utilizável pelo organismo, através das excreções.

Podem ocorrer falhas em qualquer uma destas funções e com isso provocar

problemas de saúde, como os ocorridos na eliminação, que produzem **mal-estar**, dores de cabeça, inchaço das pernas. Também podem ocorrer falhas durante a digestão, por problemas do próprio organismo, ou porque a pessoa, de modo inadvertido, introduziu no seu corpo, substâncias que processadas resultam numa terceira que lhe é prejudicial.

Ressalta-se aqui, que a pessoa pode ter falhas nas duas últimas funções, não pode se permitir cometer erros de assimilação, isto é, não poderá ingerir, aspirar ou injetar substâncias que possam vir a provocar disfunções.

A prevenção, portanto, consiste em ensinar o que pode ser assimilado e o que não pode, em face dos danos que podem ocasionar. Alertar, principalmente, para o aspecto aparentemente inocente que certas substâncias apresentam, como por exemplo, o cheiro de certos solventes, contidos no esmalte de unha, acetona, lustra móveis, etc.

Qualquer falha em qualquer das três funções, faz o ser humano entrar em desequilíbrio ou disfunção, provocando um estado de doença. Para melhor compreensão dos possíveis desequilíbrios que podem ocorrer, temos o diabetes.

O corpo humano não queima (oxidação) os açúcares contidos no sangue com a velocidade necessária. Isto acarreta uma taxa elevada destes açúcares, podendo levar a um estado de choque como, cegueira, diminuição da capacidade mental e principalmente, impossibilita a cicatrização.

A droga, para o diabético, é o açúcar, substância inócua para as pessoas normais, em relação ao diabetes.

A insulina, substância que faz o diabético retomar à sua taxa de açúcar normal, após uma crise, é droga para as pessoas que não são portadoras deste tipo de doença, porque provoca queima excessiva dos açúcares, levando à hipoglicemia (queda da taxa de açúcar no sangue).

Podemos notar, então, que uma substância química tanto pode ter a função de medicamento como de uma droga que fará mal ao organismo, dependendo da circunstância e da pessoa que a utiliza.

Medicamento devem se utilizado para reconduzir ao equilíbrio, com o

estabelecimento de uma necessidade, através de exames clínicos, da dose correta e do necessário acompanhamento médico. Drogas prejudicam o organismo, quando usadas sem a comprovada necessidade ou em dosagem superior ao recomendado.

2.5.1 Fundamentos à abordagem do usuário de drogas lícitas

Antes mesmo de quaisquer outras considerações, vamos nos deter a refletir sobre o título desse tópico. Se procurarmos no dicionário, encontraremos como significado da palavra fundamentos: base; alicerce; sustentáculo; motivo, razão. Então, o que é que pode fundamentar, sustentar, dar uma razão e uma base para a abordagem do usuário de drogas? Parece-nos que algumas considerações se fazem necessárias.

Em primeiro lugar, gostaria de apontar que, embora relacionados, abordar o tema drogas é diferente de abordar o tema usuário de drogas lícitas. O primeiro tema, drogas, por definição diz respeito às substâncias químicas, naturais ou sintéticas, que uma vez presentes no organismo podem alterar suas funções. Pode-se classificá-las por seus efeitos, por sua formulação química, etc. Em uma abordagem farmacológica da aspirina, por exemplo, pode-se dizer que é uma substância química, sintética, cujo principal componente é o ácido acetil-salicílico; é preparado através do aquecimento do fenóxido de sódio com dióxido de carbono sob pressão, e caracteriza-se como um analgésico de atuação periférica.

O segundo tema, usuário de drogas, já pressupõe um sujeito, em uma ação específica dirigida a um ato de usar drogas. No exemplo da aspirina, então surge a pergunta: Por que as pessoas tomam aspirina? Pode-se responder que é porque estão com algum tipo de dor, e buscam algo que possa cessá-la. Percebe-se que o enfoque principal, então, sai da substância e se dirige a um sujeito que por algum motivo realiza uma ação em direção a drogar-se, ou seja, a provocar alguma alteração em seu organismo. A substância então passa a adquirir uma função para este sujeito.

Continuando neste raciocínio sobre o tema proposto, surge um novo elemento: abordagem. Abordagem ao usuário de drogas. Este novo elemento, então, introduz

novamente mais um sujeito: uma terceira pessoa com seus valores, que pretende, por algum motivo, abordar, o sujeito usuário de drogas de alguma forma, por algum motivo.

Como resultado deste raciocínio, percebemos que, quando se fala em abordagem do usuário de drogas lícitas, sai-se da área farmacológica, técnica, de componentes e feitos da substância, e se adentra em uma área subjetiva, das relações humanas, do homem e os possíveis usos que pode fazer de uma substância. Voltando então à pergunta inicial. O que é que pode fundamentar, sustentar, dar uma razão, alicerce, base para a abordagem do usuário de drogas lícitas?

Conclui-se que o que pode fundamentar esta abordagem é o entendimento de quem é este sujeito que usa drogas lícitas, e por que as usa. Neste sentido, trata-se de uma reflexão subjetiva (adentramos às ciências humanas) acerca do que significa a droga, o ato de drogar-se e o sujeito que faz este ato; bem como acerca do posicionamento pessoal de quem se propôs a lidar com a questão da droga e seu usuário. Trata-se em suma, de uma questão de relação humana.

2.5.2 Prevenção: Uma cultura necessária

Ao se referir a prevenção, destacam-se alguns pressupostos iniciais:

1. Que há algo a prevenir em determinada população: neste caso, o abuso de álcool e o uso de outras drogas, bem como todos os fatores ou situações de risco em declínio à qualidade de vida da população, em especial a criança e o adolescente, tais como as DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis e a AIDS.

2. Que no caso do álcool a questão está em evitar-se o abuso e não se proibir o uso que, em relação a outras substâncias psicoativas, somente denominadas drogas, já se torna questionável, tendo em vista padrões socioculturais e de saúde vigentes em nossa realidade.

3. Que toda a sociedade organizada e, em especial, a educação formal, têm responsabilidade na prevenção.

Como decorrência destaca-se uma preocupação: Limitar-se o caráter da prevenção à problemática das drogas.

Sendo a prevenção um processo sistemático e intencional, de leitura e interferência na dinâmica individual e social, envolve tudo o que diz respeito à valorização e melhoria da qualidade de vida e, portanto, focar a prevenção nas drogas, não pode se tornar uma forma de se encobrir outras problemáticas do cotidiano, como a fome, a violência, a corrupção, o caótico mundo do trabalho, a habitação, a mediocrização da educação, a miséria, os meninos e meninas abandonados, etc. É preciso ressaltar que, neste quadro, a droga é apenas coadjuvante, e não o seu determinante.

É necessário também compreender que a concepção de droga, depende da dinâmica sociopolítica-histórico-cultural. Portanto, deve-se aceitar que ela, a droga, existe historicamente e faz parte da própria história da humanidade, envolvendo desde o mapeamento do que pudesse servir como alimento para as espécies de homínídeos primitivos, descobertas científicas na área dos fármacos, rituais religiosos até as substâncias especificamente responsáveis pela busca e manutenção do prazer.

Percebe-se, então, que o fenômeno droga é complexo e resulta de um encontro muito específico:

- o sujeito (sua personalidade, valores e crenças);
- o contexto sociocultural (incentivo *versus* ações preventivas e/ou punitivas)
- o produto droga (tipos e seus efeitos no indivíduo e no social).

Sob esta ótica, o alcoolismo, o tabagismo e outras formas de drogadicção, em como a AIDS, passam a ser vistos não só como doenças de indivíduos mas, principalmente, como sintomas de doenças sociais.

Cabe-nos perguntar: quem é o sujeito nesta concepção de prevenção, quando se fala em família, comunidade e educação formal?

É todo e qualquer indivíduo mas, em especial, é aquele de faixa etária entre 6 e 22 anos, portanto um ser jovem, lúdico por natureza, único, inteiro, dialógico e em

constante contestação. Vale dizer, um sujeito em construção. Em construção biológica na interação de seus fatores genéticos e ambientais: psicológica, de sua identidade sexual e de papéis; sociológica, na busca de valores nas relações sociais e de produção; em construção do conhecimento, não passivo e decorrente de uma postura crítica. Portanto, um sujeito que, em sua totalidade, se constrói no trabalho e pelo trabalho.

No contexto social, a escola é núcleo onde se processa a educação formal e esta, concebida como um "acontecimento de base política, comprometido com uma expectativa de mudança que, sendo intencional, deve atender as necessidades da clientela usuária de drogas lícitas, de modo a garantir o direito à saúde e a evolução da condição humana, pelo exercício da cidadania" (LUZ, 1987).

A educação, portanto, é socialmente determinada, dando significado às coisas e aos saberes, de acordo com o contexto sociohistórico e cultural. Como a educação promove interligações de diferentes áreas, deve estar sempre comprometida com os sujeitos (estudantes e professores) e nunca com os regimes que se sucedem.

Na América Latina e, em especial, no Brasil, tendo em vista o descaso do poder público com as questões sociais relativas à educação, saúde, trabalho e moradia que, por conseguinte influenciam e sofrem influência da política econômica, o uso e abuso de drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, revelam dados estatísticos alarmantes que exigem ações concretas e imediatas a curto, médio e longo prazos.

Dados recentes da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (2002), demonstram que "51,5% da população masculina e 10,5% da população feminina internadas em Hospitais Psiquiátricos das redes pública e contratada, o foram com diagnóstico de alcoolismo (psicose alcoólica e dependência do álcool)". Ambas as populações se concentram na faixa de 30 a 59 anos. (boletim do CEBRID).

2.5.3 Como você pode ajudar o sujeito que faz uso da droga lícita?

Antes do tratamento, auxiliá-lo a formular um pedido de ajuda; durante, ajudá-

lo para que não rompa o processo e após, auxiliá-lo na sua reinserção-social.

Prevenir o uso indevido de drogas lícitas é uma tarefa que toca à educação num sentido amplo incluindo a questão de valores. Sendo, assim, vai além de uma transmissão de informações, envolvendo-se nesta tarefa uma relação permeada de sentimentos, valores, interesses, motivações no presente a aspirações quanto ao futuro.

A implantação destes níveis de prevenção são possíveis e prementes e podem ser desenvolvidos por todos os profissionais das áreas sociais, para tanto há necessidade de um planejamento condizente com a realidade do problema, podendo este ser sistematizado através de um projeto.

Um projeto em prevenção é considerado uma "Grande hipótese de trabalho, que para ser validada pressupõe permanentes avaliações com base em desempenhos manifestos, como ponto de partida para tomada de decisões " (LUZ, 1987).

2.6 O CIGARRO E O ÁLCOOL TAMBÉM SÃO DROGAS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) elaborou uma classificação de drogas de acordo com seus efeitos e com os padrões de comportamento determinados pelo seu uso excessivo. A classificação compreende as nove categorias seguinte;

- 1) grupo de álcool-barbitúricos; drogas depressoras do sistema nervoso central, sedativas e soporíferas;
- 2) anfetaminas e substâncias derivadas: drogas que estimulam o sistema nervoso central, reduzindo a fadiga e o sono;
- 3) cannabis (maconha, haxixe); drogas que produzem estado de prazer associado a sensações muito fortes;
- 4) cocaína extrato natural das folhas da coca sul americanas, que serve como estimulante e euforizante;
- 5) alucinógenos (LSD e substâncias similares): drogas que produzem deformações perceptivas, sensação de êxtase e euforia;

6) khat, estimulante, usado sobre tudo na Etiópia e no Iêmen;

7) opiatos ou opióides: grande variedade de substâncias naturais ou sintéticas de efeitos morfínicos que aliviam a dor e induzem a um estado de indiferença diante de situações ameaçadoras;

8) solventes voláteis: cola, gasolina e fluidos de limpeza que, quando inalados ou aspirados, produzem um estado de intoxicação semelhante à embriaguez alcoólica, mas que às vezes provoca "viagens" alucinógenas e

9) tabaco: plantas utilizadas com efeitos tanto estimulantes quanto relaxantes.

2.6.1 Álcool

Tomado com moderação, o álcool é um prazer, mas, em excesso, é um perigo. De todas as drogas que provocam dependência, o álcool é a mais aceita socialmente e a que existe em maior disponibilidade. Ao mesmo tempo, é a que provoca maiores catástrofes em todo mundo. A bebida em excesso pode provocar danos em praticamente todos os órgãos e tecidos, atingir até mesmo o feto e destruir lares e carreiras. Há quem afirme que se o álcool tivesse sido descoberto recentemente, não passaria pelos testes de segurança que atualmente são submetidas as substâncias psicoativas comerciáveis.

2.6.2 Tabaco e Cigarro

Uma pequena mudança na preparação do fumo, ocorrida em meados do século passado, talvez tenha sido responsável pela incrível ampliação do vício. A produção do tabaco curado em fumeiro, que permitiu a obtenção do fumo mais claro, possibilitou aos fumantes inalar a fumaça. Alguns segundos após a inalação, produz-se uma forte concentração de nicotina que passa dos pulmões para o cérebro, reforçando drasticamente o hábito. Alguns cientistas acreditam que a nicotina libera uma

substância nefro-transmissora, a noradrenalina, das células nervosas. As ondas cerebrais, após a inalação da fumaça, mostram o aumento da atividade do cérebro, semelhante à produzida pela ingestão de anfetaminas. Os fumantes afirmam que o cigarro permite uma maior capacidade de concentração e que aumenta a energia.

2.7 DROGAS LÍCITAS ENQUANTO PROBLEMA

Segundo o site “www.hospitalgeral.com.br”, a palavra droga tem interpretações diferentes. Em geral, na Medicina, “é toda substância que pode ser empregada com o fim de tratamento de doença”. Mas, quando nos referimos ao contexto de Dependência Química, droga passa a ser qualquer substância psicoativas que, usada por qualquer via de administração (cigarro, pó, líquido, comprimido), altera o humor, o nível de percepção ou o funcionamento cerebral, seja perturbando-o, excitando ou deprimindo.

A droga é uma substância que provoca efeitos no funcionamento do cérebro e no estado psicológico. Pode deixar a pessoa confusa e "estranha" (efeito perturbador), muito agitada e animada (efeito excitante) ou triste e sem disposição (efeito depressor.)

Após sabermos o significado da palavra droga, precisamos da definição de Drogas Lícitas, objeto desta pesquisa, que conforme o site “www.imesc.sp.gov.br/infodrogas”, são aquelas que têm a sua produção e seu uso permitidos por lei, sendo liberadas para comercialização. Observa-se aqui que o fato de serem liberadas não significa que não tenham algum tipo de controle governamental, bem como, não provoquem algum prejuízo à saúde mental, física e social. Isto dependerá de múltiplos fatores, tais como quantidade, qualidade, frequência de uso e outros.

Segundo o site “www.hospitalgeral.com.br”, o álcool e o cigarro são drogas chamadas de drogas lícitas. Isto porque atuam no sistema nervoso, diminuindo a ansiedade e levando à sensação de euforia; além disso, podem levar à dependência.

Conforme o site “www.imesc.sp.gov.br/infodrogas”, as drogas se classificam em 3 grandes grupos distintos: Depressoras do Sistema Nervoso Central (SNC), Estimulantes do SNC e Perturbadoras do SNC.

O álcool compõe as drogas depressoras da atividade do Sistema Nervoso Central (SNC), as quais se referem ao grupo de substâncias que diminuem a atividade do cérebro, ou seja, deprimem o seu funcionamento, fazendo com que a pessoa fique desligada, devagar, desinteressada pelas coisas.

O principal agente do álcool é o etanol (álcool etílico), onde as bebidas alcoólicas são elaboradas a partir da fermentação de produtos naturais: vinho (fermentação da uva); cerveja (fermentação de grãos de cereais); outros (fermentação do mel, cana de açúcar, beterraba, mandioca, milho, pimenta, arroz e outros).

Bebidas alcoólicas destiladas como cachaça, rum, uísque ou gim, são obtidas através da destilação de bebidas fermentadas.

O álcool provoca no ser humano os seguintes efeitos físicos e psíquicos:

- Provoca um efeito desinibidor.
- Em caso de uso mais intenso, pode favorecer atitudes impulsivas e, no extremo, levar à perda da consciência chegando-se ao coma alcoólico.
- Com o aumento do seu uso, diminui a potência sexual.
- uso crônico de doses elevadas leva ao desenvolvimento de dependência física e tolerância.
- Em caso de supressão abrupta do consumo, pode-se desencadear a síndrome da abstinência caracterizada por confusão mental, visões assustadoras, ansiedade, tremores, desregulação da temperatura corporal e convulsões. Dependendo da gravidade dos sintomas, pode levar à morte.
- "Delirium tremens": quadro de abstinência completamente instalado (estado de consciência turvo e vivência de alucinações, principalmente táteis).

O tabagismo (palavra derivada do tabaco, que por sua vez é uma planta originária do continente americano) compreendido pelo cigarro, charuto, cachimbo e

outros, é um hábito totalmente prejudicial à saúde do ser humano, pois em seus produtos é encontrada uma substância altamente maléfica para a fisiologia humana, a nicotina, a qual pertence às drogas Estimulantes da Atividade do Sistema Nervoso Central, isto é, aumentam a atividade do cérebro, estimulando o seu funcionamento, fazendo com que as pessoas fiquem mais ligadas, elétricas, sem sono.

Consumida por via oral ou nasal, a nicotina, agente farmacológico do tabaco, é considerada uma droga estimulante, não possuindo nenhum efeito terapêutico, provocando dependência física e psíquica, além de causar tolerância, ou seja, o organismo adapta-se à sua presença através de um processo biológico, e sujeita a síndromes de abstinência.

O processo de ação desta droga sobre o sistema nervoso e a dependência por ela causada é similar ao da cocaína e heroína, contudo, age mais rapidamente chegando ao cérebro em aproximadamente nove segundos.

Além desta substância, estão presentes nos cigarros mais de 4,7 mil outras que, apesar de não causarem dependência física, são extremamente tóxicas, como é o caso do alcatrão e do monóxido de carbono entre outras.

O alcatrão é um composto de mais de 40 substâncias comprovadamente cancerígenas, formado a partir da combustão dos derivados do tabaco. Entre elas, o arsênio, níquel, benzopireno, cádmio, resíduos de agrotóxicos, substâncias radioativas, como o Polônio 210, acetona, naftalina e até fósforo P4/P6, substâncias usadas para veneno de rato.

Já o monóxido de carbono (CO) tem afinidade com a hemoglobina (Hb) presente nos glóbulos vermelhos do sangue, que transportam oxigênio para todos os órgãos do corpo. A ligação do CO com a hemoglobina forma o composto chamado carboxihemoglobina, que dificulta a oxigenação do sangue, privando alguns órgãos do oxigênio e causando doenças como a arteriosclerose.

A maioria das pessoas que fuma descreve uma sensação de prazer e de bem-estar, isso ocorre, pois ao atingir o sistema mesolímbico, a nicotina desencadeia a

produção de uma substância denominada dopamina, responsável pela sensação de prazer ligada ao ato de fumar.

Com o passar do tempo, entretanto, o efeito desejado só é obtido com doses maiores, pois cada fumante tem seu próprio índice de tolerância. Alguns precisam de um maço para atingir o efeito desejado, enquanto outros podem precisar de dois ou mais.

Pelo menos 25 doenças estão comprovadamente associadas ao cigarro. Veremos alguns prejuízos que podem causar ao organismo:

- **Cérebro:** risco de derrame triplicado;
- **Pulmão:** bronquite, enfisema e asma que elevam em 22 vezes o risco de câncer; maior chance de infecções virais e pneumonia;
- **Circulação:** maior risco de trombose, doença vascular periférica, inflamação dos vasos e gangrena;
- **Rins:** substâncias inaladas causam insuficiência renal e câncer;
- **Bexiga:** risco de câncer elevado em três vezes;
- **Ossos:** mulheres na pós-menopausa correm maior risco de osteoporose;
- **Aparelho digestivo:** provoca câncer de estômago, pâncreas e esôfago, refluxo esofágico, azia, gastrite e úlcera;
- **Sistema reprodutor:**

Mulheres: favorece câncer do colo do útero e bexiga, menopausa precoce, menor lubrificação vaginal, diminuição de desejo sexual e infertilidade

Homens: dificuldade de ereção, ejaculação precoce, infertilidade e diminuição do desejo sexual.

- **Gravidez:** abortos espontâneos, bebês prematuros, com peso abaixo do normal e natimortos;
- **Coração:** aceleração dos batimentos cardíacos elevando o risco de infarto, dobrando as chances de morte por doenças cardíacas;

- **Laringe:** câncer, laringite crônica e rouquidão;
- **Boca:** a nicotina inflama a gengiva, o alcatrão escurece os dentes e cria mal hálito;
- **Nariz:** o alcatrão reduz a capacidade olfativa. Perda do fôlego e sinusite;
- **Pele:** alteração na coloração e envelhecimento precoce.

3 DROGAS LÍCITAS NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

3.1 O PROBLEMA DO DAS DROGAS LÍCITAS NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

De todas as categorias profissionais, os policiais-militares são as pessoas mais expostas às agressões sociais. Demora-se no atendimento de uma solicitação, expõe-se ao risco de ser repreendido ou mesmo ofendido, em alto e bom som, por quem solicitou auxílio ou por algum circundante, que acintosamente alega que a Polícia Militar é paga com o dinheiro do seu imposto, e que deve agir com rapidez e eficiência. Deixa de atender a um pedido para "fazer vista grossa", diante de algum "pequeno deslize" de um esposo, parente ou amigo, é logo tachado de desumano, irredutível, miserável ou coisa pior. Se não chega a tempo de efetuar uma prisão, é acusado de ser conivente com o criminoso. Se não chega a tempo de evitar um homicídio, é acusado de ter provocado a morte da indigitada vítima. Se adverte um cidadão "importante", que cometeu alguma infração, é logo indagado pelo mesmo "Sabe com quem está falando?". Se age contra uma pessoa pobre, é acusado de perseguir os miseráveis. Se mata para não morrer, é tratado como um criminoso impiedoso. Quando sai de casa para o trabalho, preocupa-se com a possibilidade de não voltar com vida, deixando viúva e órfão sem condições de viver condignamente. Estas e tantas outras situações de estresse, causam no policial-militar uma agressividade que às vezes se estende ao lar e entre os próprios colegas de trabalho.

A hierarquia e a disciplina também funcionam como fatores estressantes, principalmente quando há excessos. Os rigores da ética policial-militar e as disposições contidas nas Leis e Regulamentos das Polícias Militares tolhem a liberdade do policial-militar. Após um dia inteiro de trabalho, fiscalizado e supervisionado por vários superiores hierárquicos, o homem sente necessidade de relaxar. Poucos irão ao cinema ou a uma academia de ginástica, mas muitos irão em busca de um bar, para tomar uns "tragos", bater um papo, em suma, para se desligar do trabalho.

Basicamente, os policiais-militares bebem pelas mesmas razões que as demais pessoas - bebem para conseguir os efeitos do álcool - sentirem-se eufóricos,

estimulados, relaxados ou embriagados. Algumas vezes bebem para acomodar suas frustrações; por não ter sido promovido, porque não foi aprovado na seleção a que se submeteu, porque não foi designado para determinada função que almejava, porque aquela transferência tão esperada não saiu, porque o aumento de vencimentos foi muito pequeno. Outras vezes, bebem para ficar de bem com a vida. Se estiver tenso, pode utilizar-se de drogas lícitas, mais do que o habitual, no esforço para relaxar e tirar de sua mente perturbações, para adquirir confiança, ou porque gosta da companhia de seus amigos ou colegas.

Embora as causas de consumo das drogas lícitas (físicas, psíquicas e sociais) sejam as mesmas para quaisquer pessoas, os policiais-militares quase sempre se escudam num dos motivos abaixo, na tentativa de justificar sua forma desenfreada de uso de drogas lícitas:

1) O fato de estarem mais expostos às agressões sociais, ou seja, situações estressantes que geram uma carga de agressividade, que só pode ser controlada ou aliviada através da ingestão de drogas lícitas;

2) O fato de sofrerem a influência de um maior índice de tensão emocional, provocada pela hierarquia e pela disciplina, que tolhendo muito a liberdade do policial-militar, gera uma necessidade premente de relaxamento, ao sair de serviço, o que se consegue facilmente com um ou dois drinques;

3) A falta de confiança demonstrada pelos amigos de farda que se utilizam de drogas lícitas, em relação aos abstêmios, os quais se sentem rejeitados e magoados, necessitando se entrosar no grupo;

4) A existência de perseguições e práticas de injustiças atribuídas a superiores hierárquicos, que acarretam frustrações, gerando a necessidade de um "alívio para a cabeça";

5) A existência de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho, associada aos inúmeros convites para beber;

6) O acometimento de uma sensação de perda ou de uma crise de remorso, após determinados eventos desagradáveis;

7) O fato de não saber ser o alcoolismo e o tabaco são doenças, geradas pela falta de conscientização do problema.

Na vida policial-militar, as conseqüências do uso de drogas lícitas, que atingem todos seus usuários, assumem nuances especiais, entre as quais se devem destacar as seguintes:

- 1) perda de confiança dos superiores, pares e subordinados;
- 2) menor produtividade;
- 3) maior incidência de punições disciplinares;
- 4) menor probabilidade de promoções por merecimento;
- 5) menor probabilidade de designações para funções de maior responsabilidade;
- 6) menor probabilidade de designações para funções de magistério;
- 7) menor probabilidade de designações para funções ou estágios;
- 8) maior índice de doenças;
- 9) maior probabilidade de ser submetido a Conselho de Justificação ou de Disciplina;
- 10) maior probabilidade de ser processado;
- 11) maior probabilidade de sofrer acidentes;
- 12) maior probabilidade de ser reprovado em cursos ou estágios.

A razão principal, que indica a relevância de testes, como início de prevenção na PMPR, é o perigo que um policial intoxicado em serviço pode representar para a sociedade.

O cerco ao uso de drogas lícitas no ambiente de trabalho está se fechando. À medida que o mundo se globaliza, as políticas antidrogas nas empresas passam a fazer parte nos contratos de trabalho. Os programas de reabilitação provocam um retorno financeiro considerável, sob forma de aumento da produtividade, redução do absenteísmo, queda na procura pelo departamento médico e o incomensurável benefício de preservação da imagem da Instituição.

Dentro da PMPR, é preciso tratar a dependência como doença social e não como estigma.

O uso abusivo de drogas lícitas é uma das causas do absenteísmo e de atrasos freqüentes ao trabalho, além de outros. O não-comparecimento do PM acarreta distúrbios

no funcionamento de escalas de serviço, ocasionando sobrecarga aos demais policiais-militares, o que diminui a produtividade e aumenta o risco de acidentes.

Dentre vários aspectos à implementação de um programa de prevenção do uso abusivo do álcool na PMPR, torna-se imprescindível, propiciar respostas exigentes, para elevação da auto-estima dos componentes da Corporação, bem como, conscientizar a população-alvo da dependência da doença.

Em que medida a Polícia Militar, através de sua Diretoria de Saúde, está, efetivamente, preparada para mensurar a quantidade de policiais-militares dependentes de drogas lícitas ou com tendência para desenvolver a doença?

Quais os dados estatísticos de incidentes ocorridos em serviço ocasionados por policiais-militares sob o efeito do álcool?

Quais os procedimentos, a partir da identificação do policial-militar dependente de álcool, dentro da Corporação?

3.2 PERFIL DESEJADO AO POLICIAL-MILITAR

Percebemos no decorrer da carreira, vários companheiros que têm com problemas médicos, chegando até o extremo de óbito, bem como, de responsabilidades administrativas, tendo como pano de fundo as drogas lícitas.

Estas drogas, além de atingir a particularidade “o elemento humano”, acabam refletindo no universo “a Corporação”, seja pelo estado de convalescença do PM para recuperação, ficando fora neste período da sua atividade-fim, resultando num “déficit” temporário para o gerenciamento, vindo a sobrecarregar outros, que terão que cobrir aquela lacuna, seja pelo dispêndio de pessoal para apurar responsabilidade administrativa dos usuários que incidem em fatos ou condutas até mesmo criminais.

Para termos uma visão do impacto das drogas lícitas nos usuários PM, será realizado levantamento de dados nos últimos três anos (2003, 2004 e 2005), servindo de referencial para o desenvolvimento do trabalho.

A obtenção dos dados referentes aos males administrativos e fisiológicos provocados pelo uso de drogas lícitas, serão adquiridos na Diretoria de Pessoal (DP) da PMPR através da Seção de Justiça e Disciplina (SJD) e do Serviço de Assistência Social (SAS), concomitantemente o Comando do Policiamento da Capital (CPC) e suas Unidades subordinadas.

Posto isto, o levantamento de dados referente ao uso de drogas lícitas pelo PM, permitirá uma visão do impacto e prejuízo para PMPR.

3.3 O ESTRESSE POLICIAL COMO CAUSA DE USO DE DROGAS LÍCITAS E DE OUTRAS INCAPACITAÇÕES

O estresse é a alteração global de nosso organismo para adaptar-se a uma situação nova ou às mudanças de um modo geral, muitas vezes associado ao trabalho, dentre os quais, o policial.

Integrantes da Associação de Polícia de Washington, concordam com o fato de que os policiais sofrem um estresse maior por causa da guerra às drogas naquele local e que um dos medos mais constantes dos policiais é o de ser ferido.

É muito comum a Polícia não manter estatísticas que possam relacionar diretamente o aumento dos casos de estresse no trabalho policial, com incidentes, tais como, o uso excessivo da força. A experiência tem mostrado que as queixas sobre a brutalidade policial vêm, com maior frequência, das áreas com elevado índice de criminalidade.

Segundo o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, existem diversos estressores que podem afetar os policiais:

a. estressores internos: são os medos em relação à sua necessidade de se sentir competente no trabalho, de ter sucesso e segurança; à sua necessidade de se auto-afirmar, a busca de um trabalho paralelo para poder equilibrar o seu orçamento. As pressões decorrentes da alteração da sua posição social perante a comunidade. Os

desgastes gerados pela vivência de extremos emocionais contraditórios: amor-ódio, sensibilidade-agressividade, muitas vezes acontecidas no mesmo dia;

b. estressores externos: frustração em relação às suas expectativas e ilusões que tinha em relação à carreira e ao serviço policial; falta de reconhecimento por parte da sociedade; desgosto pelas decisões administrativas do governo que acabam afetando o cumprimento de suas atividades; exploração da imprensa de eventos negativos envolvendo o policial;

c. estressores decorrentes do trabalho: o serviço de rua acaba obrigando o policial a ser vivo, malandro, o que acaba trazendo alterações no seu ritmo diário e na vida pessoal. Conflitos gerados entre a necessidade de cumprir a lei, servir bem a comunidade e cumprir adequadamente as normas organizacionais. Convivência diária com a miséria e a violência. Ter de trabalhar sob intenso risco de morte e a responsabilidade de proteger a vida de outras pessoas. A conveniência diária com a violência acaba fazendo com que o policial se torne mais agressivo em suas relações pessoais;

O que mais chama atenção nos estressores apresentados é que os mesmos também são relatados por policiais brasileiros e constam de uma publicação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, que visa dar instrumentos para o combate ao estresse em policiais norte-americanos.

É interessante notar a semelhança existente entre o policial brasileiro e o policial de um país superdesenvolvido, onde se presume que tenham melhores condições de trabalho. Basicamente, pode-se notar que as dificuldades são as mesmas, guardadas as devidas proporções. O que se percebe é que a problemática policial é a mesma em qualquer lugar do mundo, uma vez que a criminalidade sempre estará bem mais equipada, com os melhores armamentos e carros, enquanto que os policiais estarão sempre aquém das necessidades.

O trabalho policial é considerado internacionalmente como uma das mais estressantes ocupações, senão a mais estressante. Diversas pesquisas têm sido feitas para documentar a incidência e a prevalência do estresse sobre os policiais, que podem prejudicar o desenvolvimento de suas atividades, de seus efeitos sobre o seu aspecto

físico e emocional, o que acaba acarretando problemas pessoais, com a família e no serviço.

VIOLANTI (1993, p. 23) sobre isso informa:

[...] dentre 149 ocupações, apenas 10 excediam à polícia em doenças de coração, diabetes e suicídio. Entre diversas outras ocupações profissionais como médicos, advogados e professores, a polícia ocupava o primeiro lugar em doenças de coração, e tinha quase que o dobro do número de suicídios. Esse mesmo autor observa que os suicídios entre policiais são em número superiores aos homicídios (94 suicídios comparados a 54 homicídios em 100.000) [...] pois sofre fortes exigências [...] uma capacidade diminuída de reação e [...] que existe uma grande probabilidade de fracasso [...]

Com diminuição da capacidade de trabalho, devido à diminuição da capacidade de concentração, há o aumento do absenteísmo e com isso, o indivíduo começa a ter faltas ou atrasos no serviço, inventando desculpas e doenças imaginárias. Esse comportamento tende a aumentar conforme vai se agravando o estresse.

Evita as tarefas desagradáveis, passando para outras. Começa a transferir responsabilidades para outros, juntamente com isso a resolução dos problemas passam a ser cada vez mais superficiais. É o momento em que muitos policiais-militares encontram na droga lícita um refúgio, uma forma de alívio para suas tensões.

3.4 O AMBIENTE DA INSTITUIÇÃO POLICIAL- MILITAR

3.4.1 O comportamento das organizações

Os primeiros estudos sobre grupos sociais foram realizados no século XIX por aquela que era chamada Psicologia das Massas ou Psicologia das Multidões. “Le Bon” foi um dos pioneiros no assunto, tendo publicado um tratado intitulado *Psychologie des Foules*. A pergunta que se fazia na época, no campo da Psicologia, era o que levaria uma multidão a seguir a orientação de um líder mesmo com o risco da própria vida. Qual fenômeno psicológico possibilitaria a adesão de uma massa? Tais perguntas surgem quando se procura entender a ascensão de Adolf Hitler na Alemanha e que

levou o mundo à Segunda Guerra Mundial e a coesão de determinadas comunidades modernas, no seguimento de líderes que utilizam atentados terroristas para alcançar seus objetivos. No caso específico da Alemanha Nazista, foi demonstrado como é possível produzir uma forma de hipnotismo coletivo. Porém, a mobilização social não pode ser considerada sempre dessa maneira, ou seja, como algo irracional. Existem pessoas que se unem e formam massas compactas muito organizadas, como foi o caso da mobilização em 1984, no Brasil, em torno da campanha “Diretas Já”. Havia uma percepção clara dos objetivos que eram de interesse coletivo e uma consciência geral dos que participaram.

A Psicologia Social surge com o estudo das massas e passa a estudar os grupos menores que já possuem seus objetivos bem definidos. Uma das razões que a levam a esse estudo, é que o indivíduo passa a maior parte de seu tempo operando dentro de um grupo, seja ele pequeno ou grande.

Numa organização, a compreensão da dinâmica dos grupos é de fundamental importância para extrair a explicação de seu próprio comportamento enquanto organização. Essa compreensão se faz necessária para que chefes e diretores, saibam liderar grupos de subordinados em direção à realização de metas, alocando recursos dentro do que foi planejado e produzindo satisfação no ambiente interno e externo da organização. Isto tudo, no entanto, vai depender da capacidade dos membros do grupo, do seu tamanho, dos motivos individuais, do nível de conflito e das pressões internas aos membros para se conformarem às normas do grupo.

O comportamento dos membros de uma organização sempre dependerá de fatores internos, aqui já mencionados, e de fatores externos provenientes de características organizacionais. Não atentar para esses fatores implica em uma maior dificuldade para um desempenho eficaz.

Entre os fatores externos – ambientais – que influenciam o comportamento, estão incluídas as pressões da chefia, as influências dos pares, as experiências desagradáveis vividas pelo indivíduo, as demandas domésticas, o treinamento profissional, as condições de salubridade do ambiente de trabalho, entre outras.

A motivação para o trabalho, salário, a qualidade dos relacionamentos entre funcionários dos mais diversos escalões, podem exercer influências positivas ou negativas no desempenho do indivíduo dentro de uma organização.

“As organizações, embora permitam satisfazer necessidades individuais das pessoas para as quais o seu interesse está voltado, elas existem em razão de que os indivíduos isoladamente não são capazes de sobrepujar-se às limitações que só uma organização é capaz de vencer” (ROBBINS, 1998, p. 67).

3.4.2 Aspectos funcionais da dinâmica dos grupos

Dentre os vários aspectos que se pode analisar num grupo, chama a atenção da tomada de decisão em grupo. Segundo ROBBINS (idem, p. 74) a “crença que diz que duas cabeças pensam melhor do que uma, expandiu-se a ponto de que muitas decisões em organizações são tomadas por grupos, equipes ou comitês”.

Dois subgrupos de tomada de decisão de grupo receberam uma quantidade considerável de atenção dos pesquisadores. Estes dois fenômenos têm o potencial de afetar a capacidade do grupo para avaliar alternativas objetivamente e chegar a soluções de decisão de qualidade.

O primeiro fenômeno, chamado pensamento de grupo, é relacionado às normas. Descreve situações nas quais pressões do grupo em relação à conformidade impedem o grupo de avaliar criticamente visões incomuns, de minorias ou não-populares. Pensamento de grupo, comenta ROBBINS, é uma doença que ataca muitos grupos e pode atrapalhar drasticamente o seu desempenho. O segundo fenômeno é chamado de mudança em grupo. Ele indica que, discutindo um dado conjunto de alternativas chegando a uma solução, membros do grupo tendem a exagerar as suas posições iniciais. Em algumas situações, a prudência domina, e há uma mudança conservadora. Entretanto, as evidências indicam que os grupos tendem em direção a uma mudança arriscada.

Os sintomas do fenômeno de pensamento de grupo, sinteticamente são:

1) Membros do grupo racionalizam qualquer resistência às pressões que eles têm. Não importa quão fortemente a evidência possa contradizer suas pressuposições básicas, os membros comportam-se como para reforçar aquelas pressuposições continuamente;

2) Os membros aplicam pressões diretas naqueles que momentaneamente expressam dúvidas sobre quaisquer visões partilhadas pelo grupo ou que questionam a validade dos argumentos apoiando a alternativa favorecida pela maioria;

3) Aqueles membros que têm dúvidas ou têm diferentes pontos de vista procuram evitar desviar-se do que parece ser consenso do grupo mantendo silêncio sobre apreensões e mesmo minimizando para si próprios a importância de suas dúvidas;

4) Parece haver uma ilusão de unanimidade. Se alguém não fala, presume-se que ele está em total acordo. Em outras palavras, a abstenção é vista como um voto sim.

A mudança em grupo pode ser vista como um caso especial de pensamento de grupo. A decisão do grupo reflete a norma dominante de tomada de decisão que se desenvolve durante a discussão do grupo. Se a mudança do grupo é em direção a cautela maior ou mais risco, depende da norma dominante previamente à discussão.

A maior ocorrência da mudança em direção a risco gerou várias explicações para o fenômeno. Argumentou-se, por exemplo, que a discussão cria familiarização entre membros. À medida que eles se tornam mais à vontade uns com os outros, eles também se tornam corajosos e audaciosos. Um outro argumento é que nossa sociedade valoriza riscos, admira-se indivíduos que estão dispostos a assumir riscos, e que a discussão de grupo motiva os membros a mostrarem que eles estão pelo menos tão dispostos quanto seus colegas a assumirem riscos. A explicação para esse comportamento é que o grupo dilui a responsabilidade. Decisões de grupo liberam qualquer membro da responsabilidade pela escolha final do grupo. Risco maior pode ser tomado porque, mesmo que a decisão fracasse, nenhum membro pode ser totalmente responsabilizado.

3.4.3 Tipos de sistemas organizacionais

O primeiro fenômeno, pensamento em grupo, é típico de sistemas organizacionais mecânicos. “Estes sistemas baseiam-se em relações de autoridade e obediência, dão ênfase nos indivíduos e cargos da organização, estabelecem uma divisão rígida do trabalho e supervisão hierárquica, centralizam decisões e solucionam os conflitos por meio de repressão, arbitragem ou hostilidade” comentam CARTWRIGHT & ZANDER (1972, p.45).

Os sistemas organizacionais, por eles denominados *orgânicos*, caracterizam-se pelo seguinte:

- funcionam através da confiança mútua;
- enfatizam os relacionamentos entre grupos;
- encorajam participação em grupos e responsabilidades;
- compartilham amplamente a responsabilidade e controle;
- solucionam conflitos através de negociação ou de solução de problemas.

3.4.4 A competência da Polícia Militar

As Polícias Militares correspondem a um tipo de organização em que o que mais prevalece é o sistema mecânico. Constituídas de uma doutrina secular, estas carregam valores, princípios gerais, características próprias, concepções táticas, leis, normas e diretrizes que estabelecem suas bases.

A norma constitucional na qual o Estado estabelece a destinação legal das Polícias Militares diz que (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988):

Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I [...]

V – policiais-militares e corpos de bombeiros militares.

§1º [...]

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições previstas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - Às polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

3.4.5 As relações do policial-militar com sua atividade

O conjunto de práticas e as redes de significados compartilhados em grupamentos sociais formam o processo cultural. Têm permanência de tempo, têm caráter de coletividade e têm continuidade, além da vida de quem o cria.

“A cultura é edificada a partir do meio ambiente. Este, é o mundo externo e a realidade imediata. Realidade esta que é decorrente da vida cotidiana, que se apresenta interpretada pelos homens e é subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente” (MELLO FILHO et al.,1992, p. 101)

Para ZANELLI (1992, p. 56), “cultura organizacional refere-se ao modo de realizar as atividades, ao clima de trabalho, aos conceitos gerais (na maioria das vezes não explicitadas) sob os quais os participantes constroem a realidade da organização”.

Quando o candidato a ser policial-militar entra na Organização, lá encontra pessoas que pertencem a ela e às quais foram atribuídas responsabilidades administrativas para falar e agir em nome dela. Essas atribuições envolvem a legitimação dos modelos administrativos, da política administrativa e do controle de conduta. A condição desse candidato ingressar e permanecer na Organização é passar por um curso de formação e acatar as normas, os valores e os procedimentos utilizados de forma coletiva e, em geral, coletivamente aceitos.

Ao celebrar seu contrato de trabalho, feito pelo juramento de servir à sociedade, mesmo com o risco da própria vida, este policial-militar, que geralmente ingressa ainda na sua adolescência (entre 18 e 23 anos de idade), com todos os fenômenos

interpessoais e interacionais que caracterizam sua identidade, acata as normas organizacionais.

A pergunta que se faz é: “Como fica esta identidade pessoal, ainda em fase de formação, quando este indivíduo terá que assumir também a identidade de policial-militar?”

Para entrar na idade adulta, o adolescente enfrenta um processo de formação de sua identidade que deve ser nutrida de compreensão, limites, apoio e continência.

Desta constatação, surgem duas perguntas: Estaria a Polícia Militar proporcionando a adequada formação da identidade individual ao policial? Quais as condições do próprio indivíduo para poder suportar as pressões que lhe são impostas pela profissão que escolheu?

Para responder à primeira pergunta, dever-se-ia supor que o objetivo da PM estivesse voltado, pelo menos no ingresso de seu contingente de jovens policiais, para as questões de formação da individualidade e maturidade de seus homens. Mas, a Organização tem outro objetivo, formar policiais-militares, profissionalizar indivíduos, partindo-se do princípio de que os mesmos têm maturidade suficiente para suportar todas as conseqüências que o trabalho policial possa lhes proporcionar.

Quanto às condições que o indivíduo possui para resistir às pressões que lhe são impostas pela profissão que escolheu, é preciso rever alguns aspectos do perfil do soldado recém-ingresso na PM.

Ao ingressarem na Corporação, muitos adolescentes buscam a segurança material que a profissão proporciona, mesmo sabendo que apesar de conseguir um salário certo, não sabe se retornará para casa com vida após um dia de trabalho.

Apesar de haver, durante a seleção de candidatos, uma preocupação com a potencialidade do candidato para adequar-se ao serviço policial-militar, não se pode esperar maturidade, ou até mesmo reprovar um adolescente, por não ser adulto. Além do mais, a seleção é genérica, é feita para todos os tipos de serviços da PM. Como é possível, aos selecionadores, encontrarem um perfil que atenda a todas as necessidades da Organização uma vez que sua atividade é muito diversificada?

Pode-se supor que há um grande número de policiais, que apesar de demonstrarem ter uma estrutura psicológica satisfatória ao entrarem na PM, não encontram condições propícias para desenvolver sua individualidade adequadamente, principalmente se o policial passar por dificuldades na formação de sua identidade pessoal, e já tiver que forçosamente assumir um papel profissional de peso, de elevada responsabilidade e exigência social, como é o serviço policial-militar. Sendo assim, poderá sucumbir às pressões inerentes da responsabilidade que não pode assumir, por falta de maturidade.

Essa passagem abrupta do “ser adolescente” para o “ser policial”, poderá comprometer a maturidade afetiva e a própria capacidade crítica dessa pessoa, o que poderá criar dificuldades em suportar frustrações, e com isso, aliviar-se no álcool como fuga de uma realidade, ou manifestar atitudes machistas, uma sexualidade exacerbada, para esconder sua baixa auto-estima.

E como se comporta este novo policial-militar, recém-formado e que vai para as unidades militares?

Ele então irá conviver com a crua realidade das ruas. O serviço policial, principalmente para quem trabalha na atividade-fim, na operacionalidade, convivendo diariamente com o lado repugnante da sociedade humana, torna a profissão insalubre do ponto de vista psicológico. Com a difícil missão de usar instrumentos coercitivos contra uma sociedade que vai além dos limites por ela mesma estabelecidas, este policial-militar é obrigado muitas vezes a ser um “juiz” ou um “terapeuta” para solucionar conflitos humanos de pessoas iguais a ele, que também possui conflitos. É nesta hora, que por força de sua profissão, ele tem que ser o herói, o salvador da pátria, o mocinho que salva a donzela.

Um fato que se torna constante na atividade policial são os confrontos com infratores, quando passa pela cabeça do policial-militar a possibilidade de morrer ou matar, de ser ferido ou ferir alguém. Se ele não se sente suficientemente seguro ou em segurança neste momento, a ocorrência pode ficar comprometida, se de outra forma ele tenha um perfeito controle da ocorrência, isso o levará a se sentir um herói. Aí vem, a idéia freudiana, de que a pessoa humana entende ser o mundo um palco de

teatro para o seu heroísmo. Tal idéia se relaciona ao *narcisismo*. Este é parte do indivíduo que coloca todas as pessoas de lado, exceto ele mesmo. É o narcisismo que faz o policial-militar empreender atos de heroísmo, por ele acreditar que nada vai lhe acontecer e sim a quem o confronta: ele se sente imortal.

Segundo ADLER (1956) apud LIMA (2002, p. 31), “aquilo que o homem mais precisa é se sentir seguro em sua própria auto-estima”. Seu sentimento de próprio valor é constituído simbolicamente e seu acalantado narcisismo alimenta-se de símbolos, de uma idéia abstrata a respeito do próprio valor, uma idéia composta de sons, palavras, imagens, no ar, na mente e no papel. E isso significa que o anseio natural do homem pela atividade orgânica, os prazeres de incorporação e expansão, podem ser sustentadas, ilimitadamente, no reino dos símbolos e, inclusive, a noção de imortalidade.

Pode-se dizer que a cultura existente na Polícia Militar incentiva este narcisismo, seja através dos artefatos que o próprio policial-militar carrega (uniformes, insígnias, armas), seja através de seus rituais (cerimônias, padrões coletivos de opiniões transmitidos nos cursos profissionais). O policial-militar é capaz de se dispor de sua própria vida pela sociedade, passando a acreditar que esse auto-sacrifício é extremamente significativo. Tal sentimento o leva muitas vezes a ações arrebatadoras de heroísmo, pelas quais ele reivindica o reconhecimento do sistema e da sociedade.

Sendo a atividade policial-militar altamente corrosiva das proteções psicológicas, esta acaba se constituindo num fator de desgaste emocional do PM. A condição que lhe é exigida de atuar no que a sociedade tem de pior e cruel, o leva a conviver constantemente com a possibilidade de sua própria destruição e morte. Então, ao se deparar com um cadáver ou ferir mortalmente infratores, este revive inconscientemente e antecipadamente sua própria morte.

Evidente que esses fenômenos não acontecem por conta pura e simples de condições impostas pelo tipo de atividade que o PM executa, há toda uma estrutura de funcionamento psicológico que lhe permite responder dessa ou de outra maneira diante de tensões, no entanto, por mais que sejam fortes as defesas psicológicas do sujeito, a continuidade o leva a uma exaustão emocional. Mas quando há uma resposta

favorável dentro da organização, de amigos e da família, é possível amenizar os efeitos sem que a sua integridade psicológica seja tão ferozmente abalada.

Outro ponto efetivo que contribui para esse desgaste emocional e físico é a visão que se tem de saúde e de doença dentro da Corporação. É proibido ao policial-militar, por exemplo, dizer que está cansado. É comum após uma manobra militar ou uma incursão policial, perguntar-se: “*Tem alguém cansado aí?*”, tendo como resposta: “*Não, senhor!*”, mesmo que estejam os policiais-militares caindo aos pedaços.

Reconhecer a atividade PM como causa de estresse dentro da Polícia Militar é incompatível com a cultura organizacional existente, e o próprio integrante, pelo senso de compromisso com a organização, passa a acreditar que isso não ocorre com ele. É aí que as coisas se agravam, ele adia formas de compensar tal estresse, torna-se irritado, explosivo, ansioso, perde energia física. Nesta situação, o alcoolismo torna-se uma medida reativa adotada pelo policial-militar.

Além de não se permitir estar cansado, o policial-militar é orientado para não se envolver emocionalmente nas ocorrências. Sem dúvida, manter as coisas sobre controle é essencial para se obter resultados de eficiência, mas torna-se importante que os administradores de polícia estabeleçam algum tipo de processo de alívio para as pessoas sob o seu comando. O estresse ocupacional constante, pode descompensar este policial-militar. É importante que este saia da rotina de trabalho e seja direcionado, por certo tempo, a se envolver em atividades, mesmo que sejam laborais, mas que permitam uma reconstituição ou fortalecimento psicológico. Não há como dizer que o policial-militar encontra-se saudável, se este passa anos e anos de forma ininterrupta a conviver com a violência das ruas, de certo ele não sairá intacto, um pouco deste ser é perdido.

A esse tipo de coisa não se dá importância na organização e só quando uma “bomba estoura” ou este policial-militar “estoura alguém” é que os olhos se voltam para ele com fins repressivos. Quem trabalha com uma máquina de engarrafar refrigerante, tem que estar preocupado com sua revisão e manutenção, senão a máquina pára ou passa a trabalhar mal, o ser humano é a mesma coisa. Para ser produtivo dentro de uma organização, tem que receber cuidados, que por si só não

alcança. Requer uma ação de chefia para lhe propiciar condições de trabalho satisfatórias.

3.4.6 O reflexo do processo cultural da PM sobre seus integrantes

Em relação à pressão organizacional, pode-se distinguir as situações que são inerentes ao trabalho policial, das situações que são impostas aos policiais pelas condições culturais da organização.

A cultura das Polícias Militares foi construída a partir de sua própria origem, desde a época em que o Brasil era Colônia de Portugal e foi criada a primeira força policial: a Tropa Paga da Capitania de Minas.

Na época do Brasil - Colônia, a força policial estava para atender os interesses, não dos brasileiros, mas dos portugueses e dos senhores coloniais e escravocratas. Para a Metrópole, quem precisava de segurança eram os interesses da Coroa. Aos colonos lhes eram cobrados pesados tributos; aos índios e escravos, era imposta a catequização e o trabalho não-remunerado.

No período da Revolução de 1964, por exemplo, a Polícia Militar teve alteradas suas funções. Manter a Ordem Pública era sinônimo de não permitir a manifestação individual ou coletiva contra o sistema vigente.

A passagem da Polícia Militar por esses contextos políticos ajudou a construir sua cultura organizacional. Um sistema mecânico, que por conta de resultados positivos que procura obter ao prestar serviço à sociedade, negligencia em sua relação com os seus integrantes, é fruto do comportamento próprio do sistema burocrático.

É importante lembrar, que o Soldado, historicamente, era recrutado na escória da sociedade, o que justifica um regulamento tão rígido, além do forte preconceito existente que se percebe quando das colocações do tipo: Isso é coisa de soldado!; Só podia ser soldado para fazer isso!; Quem manda não estudar, acabou sendo polícia!. Locuções como estas ferem profundamente a auto-estima do policial-militar.

A investidura militar deste tipo de organização, vez por outra é questionada por alguns segmentos sociais.

CORDEIRO (1995, p.19), ao justificar a investidura militar das Polícias Militares, comenta:

[...] por intuição, se não por pesquisa, percebe-se que o traço definidor do caráter militar é a sua submissão a regulamentos rígidos, à disciplina, à hierarquia, a uma escala de valores obrigatória, ao dever militar, formando uma filosofia peculiar de vida bastante diferente do "modus vivendi" civil. Essa "filosofia de vida", militar, essa estética, esse estatus (sic), essa militaridade, não importa a expressão usada, é o controle da Força e constitui o seu limite, a sua medida. Portanto, aí está a falácia da tese dos que postulam uma polícia civil; o caráter militar é uma garantia para a sociedade contra o arbítrio e o despotismo de uma força sem controles apropriados.

Em contrapartida a este pensamento, se manifesta SILVA FILHO (1999, p. 2):

Os postos da hierarquia policial são mais importantes que as funções policiais e essa hierarquia adota um regime disciplinar opressivo, que atinge principalmente o pessoal do policiamento, onde é maior a possibilidade de infringir a infinidade de normas estabelecidas pela administração. A profusão de normas permite um conforto à administração: em caso de erro, a culpa é sempre de alguém que não observou a regra, nunca do superior ou da organização. Na PM, a ação disciplinar chega a adotar um expediente disciplinar quase medieval (...) Nessas condições, o máximo que se consegue obter das forças policiais é o mínimo esforço: é mais seguro e confortável o cumprimento de ordens e regulamentos do que tentar ser um campeão de resultados na redução de violência. Policiais submetidos às pressões administrativas que se combinam explosivamente com as tensões do policiamento, tendem a sofrer graves descompensações comportamentais: deslocam reações agressivas compensatórias contra as pessoas, contra familiares ou contra si mesmo, através do alcoolismo, drogas e até suicídio; reduzem desempenho, descuidam de procedimentos legais; produzem boatos maledicentes sobre chefes, quebram veículos, dão vitalidade aos sindicatos e entidades associativas e elegem deputados como poderosos porta-vozes e podem até se animar em relacionamentos espúrios com delinquentes.

Se por um lado os regulamentos servem para controlar ações de um grupo e seus membros, e permitir que haja uma coesão em torno de um objetivo, muitas vezes estes mesmos regulamentos, quando não apropriados, geram conflito de convivência intragrupal e às vezes até com o ambiente externo.

Um policial tem vergonha de falar com o outro, de não poder revelar seus sentimentos, isso seria considerado inadequado e sugere que ele é um fraco. Como para a Organização o trabalho está acima de qualquer coisa, inclusive acima da

família, o policial também não pode abrir-se com sua família. Ela foi colocada em segundo plano, está afastada do policial, que deve mostrar-se forte e equilibrado. Não consegue ser ele mesmo, nem com a família, nem com parentes. Os amigos civis também não são bem-vindos.

A falta de diálogo acaba propiciando a falta de apoio, em todas as áreas. Se o policial não pode falar de suas dificuldades, só irá pedir ajuda quando os problemas tiverem extrapolado sua condição de ocultá-los. É o caso dos usuários de drogas lícitas, e de outros que sofrem calados por não terem com quem conversar. Até que o sofrimento vá se tornando tão intenso, que cometa atos não compatíveis à sua função de policial-militar. Este será punido, mas não será auxiliado.

SILVEIRA ainda comenta:

Saber ouvir o subordinado é uma arte que todo superior deve dominar. O superior deve saber quando deve apenas ouvir, orientar e instruir e, quando pode e deve punir [...] o custo de um militar é muito caro para o Estado e para a sociedade, principalmente pela sua formação e experiência. Na medida do possível, deve haver o esforço para que os recursos humanos não sejam perdidos mas sim, empregados com toda a sua potencialidade. Assim se deve julgar os outros, sem benevolência extrema e nem rigor absoluto [...] Uma organização só funciona com um sistema de mão dupla na qual o superior estimula o subordinado e o subordinado confia no superior.

Esta Organização é uma cultura em que não se pode passar por uma crise, porque o PM só interessa para a ela quando está bem. O conceito de “adoecer” ainda tem uma conotação puramente orgânica, isto é, o homem só estará realmente doente caso haja uma manifestação externa dessa doença, e que as pessoas possam realmente ver, como por exemplo: uma perna engessada. “...Normalmente, o problema não é discernido como significativo, até o momento em que um policial entra em colapso mental...” (BRATZ, 1993, p. 43).

A cultura organizacional da PM acaba não propiciando condições favoráveis para o enfrentamento das crises. Primeiro porque as crises não são aceitas como naturais, e depois, porque as “estruturas de ajuda” que dispõe a Corporação não são suficientes e continentais para propiciar essa assistência, muito pelo contrário, são refratárias e causam receio nos policiais-militares que necessitam de ajuda dentro da PM.

4 METODOLOGIA

4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para demonstrar o objetivo geral, que foi o de visualizar, quantitativamente e qualitativamente, os prejuízos causados para o gerenciamento da Corporação pelo uso de drogas lícitas pelo PM, visando despertar a preocupação do Comando da Polícia Militar para o problema, bem como, os objetivos específicos que são a mensuração da quantidade de policiais-militares afastados do serviço por problemas de saúde, motivados pelos males causados pelas drogas lícitas, a quantidade de instauração de procedimentos ou processos administrativos provenientes do comportamento dos usuários de drogas lícitas, a mensuração da quantidade de sanções disciplinares e exclusões das fileiras da PMPR, causados pelo comportamento dos usuários de drogas lícitas, bem como, a mensuração da quantidade de policiais-militares afastados do serviço, motivados por sanções disciplinares resultantes do comportamento dos usuários de drogas lícitas, foi necessário investigar a população-alvo, ou seja, os integrantes da Polícia Militar do Paraná, tendo-se como método utilizado o hipotético indutivo e dedutivo, com tratamento estatístico, em que se iniciou com o surgimento do problema acerca do qual a hipótese foi formulada, e pelo processo de inferência dedutiva, testou-se as conseqüências preditivas, através da experimentação, a fim de confirmar ou refutar a hipótese.

O tipo de pesquisa foi a documental, bibliográfica e de campo, sendo elaborado para a pesquisa quantitativa um questionário de quesitos fechados contendo no máximo 5 (cinco) indagações, visando respostas numéricas e que envolveu a Diretoria de Pessoal (DP), visando os Chefes da SJD e do SAS, o Comando do Policiamento da Capital (CPC) e suas Unidades subordinadas, com o intuito de levantamento de dados. Foi considerado para a amostra, somente o Comando do Policiamento da Capital (CPC), no período compreendido do 2º semestre do ano de 2002 até o 2º semestre do ano 2005.

Para a pesquisa qualitativa foi elaborado um formulário de perguntas objetivas, do tipo fechado, contendo 09 (nove) perguntas atinentes ao assunto, visando as seguintes autoridades:

- Comandante-Geral da PMPR;
- Chefe do Estado-Maior da PMPR;
- Comandante do Policiamento do Interior;
- Comandante do Policiamento da Capital;
- Comandante do Corpo de Bombeiros;
- Diretor de Pessoal;
- Diretor de Ensino;
- Diretor de Saúde;
- Chefe da PM/1;
- Chefe da PM/3;
- Chefe do SAS;
- Chefe da SJD.

Os questionários foram encaminhados através de ofício, aos Comandantes, Diretores e Chefes descritos na população-alvo, sendo utilizado o sistema de protocolo integrado da PMPR. O formulário da análise qualitativa foi preenchido pessoalmente, pelo pesquisador, com os pesquisados.

5 ANÁLISE E TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Os subsídios colhidos com a realização dos questionamentos e formulários, foram utilizados para balizar os rumos da pesquisa, visando mostrar os prejuízos causados para o gerenciamento da Corporação pelo uso de drogas lícitas pelo PM.

5.1 ANÁLISE E TRATAMENTO ESTATÍSTICO DA PESQUISA QUANTITATIVA

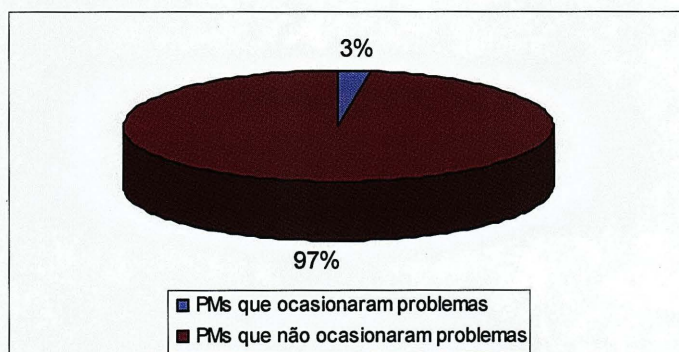
TABELA 1 – OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS DEVIDO AOS PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS

PMs PROBLEMAS	VALOR	%
PM que ocasionaram problemas	97	3
PM que não ocasionaram problemas	3.265	97
TOTAL	3.722	100

FONTE: Pesquisa de Campo Comando do Policiamento da Capital - PMPR.

Buscou-se saber da amostra pesquisada qual o índice de policiais-militares que já deram algum transtorno para o serviço motivados pelo uso de drogas lícitas, chegando à conclusão de que aproximadamente 3% da amostra já gerou algum tipo de prejuízo para a Corporação, enquanto 97% não geraram qualquer dano à Polícia Militar, salientando que desses, não se obteve a mensuração de quantos fazem ou não uso de drogas lícitas

GRÁFICO 1 – OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS DEVIDO AOS PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS



FONTE: Pesquisa de Campo Comando do Policiamento da Capital - PMPR.

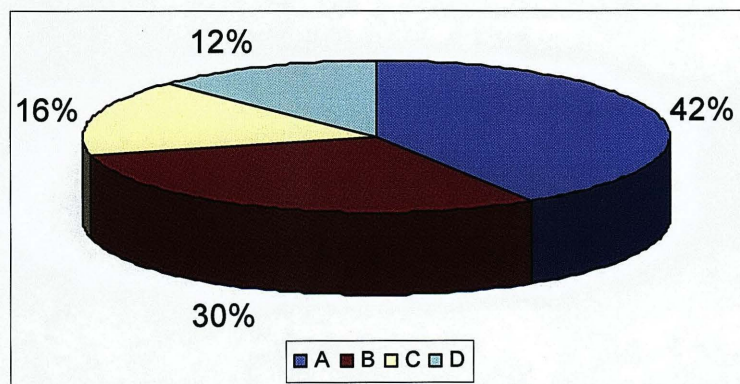
TABELA 2 – TIPIFICAÇÃO DOS TRANSTORNOS CAUSADOS POR PM PELO USO DE DROGAS LÍCITAS

TIPO	VALOR	%
A – n°. afastamentos do serviço	40	42
B – n°. instauração de procedimentos/processos	29	30
C – n°. sanções disciplinares/exclusões	16	16
D – n°. afastamentos por sanção disciplinar	12	12
TOTAL	97	100

FONTE: Pesquisa de Campo Comando do Policiamento da Capital – PMPR.

Buscou-se detalhar os tipos de ocorrências que os policiais-militares que tiveram problemas ocasionaram pelo uso de drogas lícitas, chegando-se ao resultado de que 42% dos PM foram afastados do serviço, motivados pelos males causados pelas drogas lícitas, 30% foi submetida à instauração de procedimento ou processo administrativo, proveniente de seu comportamento alterado, 16% sofreram sanções disciplinares e exclusões das fileiras da PMPR, também causados pelo seu comportamento e 12% dos PM que geraram algum transtorno foram afastados do serviço, motivados por sanções disciplinares resultante de seu comportamento.

GRÁFICO 2 – TIPIFICAÇÃO DOS TRANSTORNOS CAUSADOS POR PM PELO USO DE DROGAS LÍCITAS



FONTE: Pesquisa de Campo Comando do Policiamento da Capital - PMPR.

5.2 ANÁLISE E TRATAMENTO ESTATÍSTICO DA PESQUISA QUALITATIVA

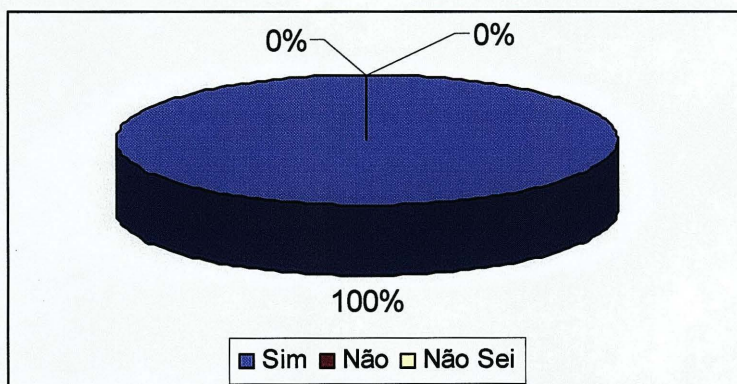
TABELA 3 – ADMINISTRAÇÃO DE PROBLEMAS COM PESSOAL PELO USO DE DROGAS LÍCITAS

RESPOSTA	VALOR	%
Sim	12	100
Não	0	0
Não Sei	0	0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

Buscou demonstrar se os entrevistados, no decorrer de suas carreiras, já tiveram que administrar problemas com pessoal, causados pelo uso de drogas lícitas, obtendo como resultado que todos responderam que sim.

GRÁFICO 3 – ADMINISTRAÇÃO DE PROBLEMAS COM PESSOAL PELO USO DE DROGAS LÍCITAS



FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

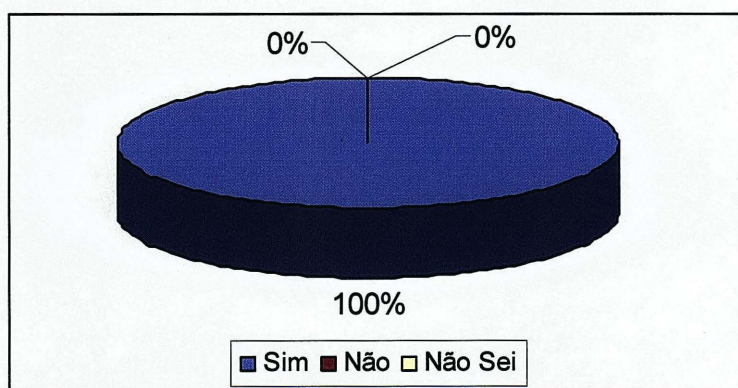
TABELA 4 – OCORRÊNCIA DE AFASTAMENTO DO PM POR MOTIVO DE SAÚDE DEVIDO ÀS DROGAS LÍCITAS

RESPOSTA	VALOR	%
Sim	12	100
Não	0	0
Não Sei	0	0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

Buscou-se saber se ocorreram afastamentos de PM por motivos de saúde devido às drogas lícitas, sendo então obtido que a totalidade dos entrevistados relataram que os males causados pelas drogas lícitas provocam afastamento do PM do serviço por motivos de saúde.

GRÁFICO 4 – OCORRÊNCIA DE AFASTAMENTO DO PM POR MOTIVO DE SAÚDE DEVIDO ÀS DROGAS LÍCITAS



FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

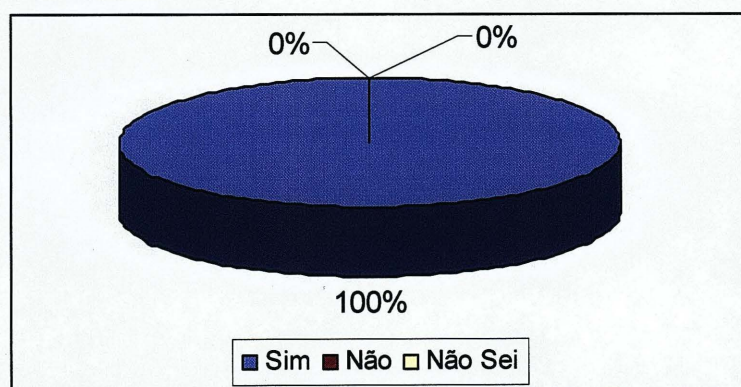
TABELA 5 – SOBRECARGA DE TRABALHO PELA AUSÊNCIA DE PM AFASTADOS POR PROBLEMAS DE SAÚDE DEVIDO ÀS DROGAS LÍCITAS

RESPOSTA	VALOR	%
Sim	12	100
Não	0	0
Não Sei	0	0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

Buscou-se verificar com os entrevistados se o afastamento de PM do serviço por problemas de saúde, causados pelo uso de drogas lícitas, provoca sobrecarga de outros PM, que terão que cobrir aquela lacuna gerada, novamente foi unânime a resposta afirmativa.

GRÁFICO 5 – SOBRECARGA DE TRABALHO PELA AUSÊNCIA DE PM AFASTADOS POR PROBLEMAS DE SAÚDE DEVIDO ÀS DROGAS LÍCITAS



FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

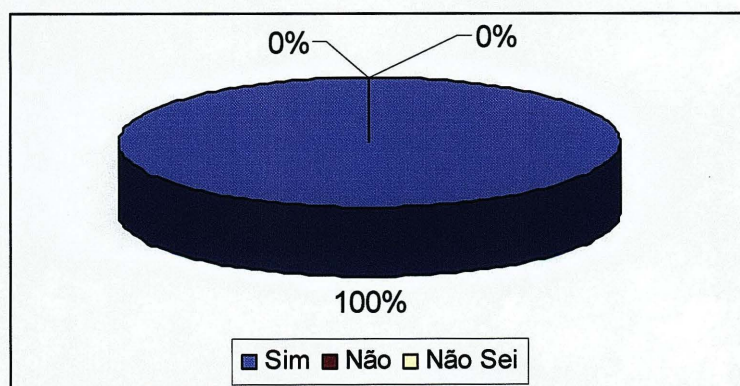
TABELA 6 – MINIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PARA A ATIVIDADE DEVIDO AOS AFASTAMENTOS OCORRIDOS

RESPOSTA	VALOR	%
Sim	12	100
Não	0	0
Não Sei	0	0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

Buscou-se saber se ocorreram, no período considerado, minimização dos recursos humanos para a atividade devido aos afastamentos ocasionados pelo uso das drogas lícitas, todos os pesquisados acreditam que o afastamento do PM do serviço e a substituição deste, minimiza os recursos humanos para a execução da atividade policial.

GRÁFICO 6 – MINIMIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PARA A ATIVIDADE DEVIDO AOS AFASTAMENTOS OCORRIDOS



FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

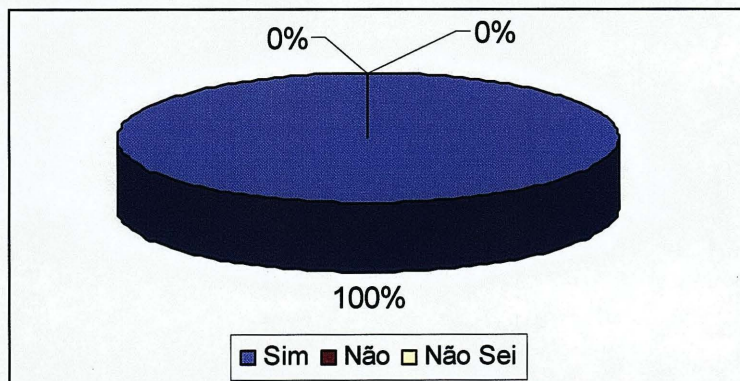
TABELA 7 – INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS OU PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DEVIDO AO COMPORTAMENTO DE PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS

RESPOSTA	VALOR	%
Sim	12	100
Não	0	0
Não Sei	0	0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

Pesquisado se houve instaurações de processos ou procedimentos administrativos devido ao comportamento de PMs usuários de drogas lícitas, cem por cento dos pesquisados afirmaram que o comportamento dos usuários de drogas lícitas provocam instauração de procedimentos ou então de processos administrativos na Polícia Militar.

GRÁFICO 7 – INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS OU PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DEVIDO AO COMPORTAMENTO DE PMs USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS



FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

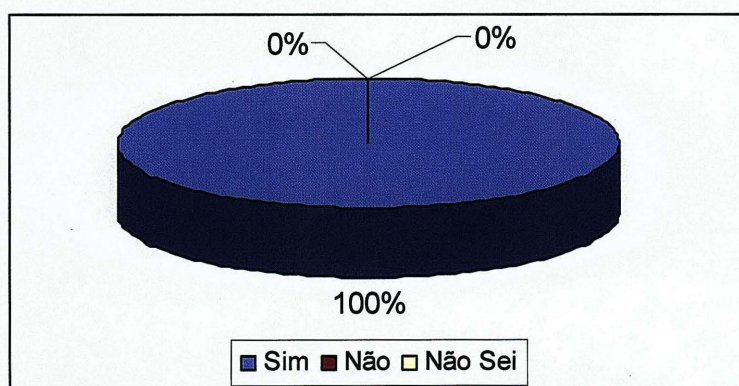
TABELA 8 – OCORRÊNCIA DE DISPÊNDIO DE PESSOAL PARA APURAR RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS DE PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS

RESPOSTA	VALOR	%
Sim	12	100
Não	0	0
Não Sei	0	0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

Buscou-se saber se ocorrem dispêndio de pessoal para apurar responsabilidades administrativas de PM usuários de drogas lícitas, todos os entrevistados afirmaram que a instauração de procedimentos ou de processos administrativos na PMPR, causados pelo comportamento dos usuários de drogas lícitas, provoca dispêndio de pessoal para apurar responsabilidades administrativas.

GRÁFICO 8 – OCORRÊNCIA DE DISPÊNDIO DE PESSOAL PARA APURAR RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS DE PM USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS



FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

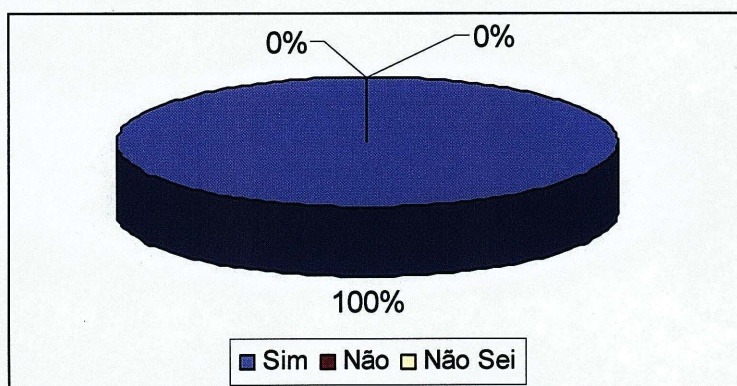
TABELA 9 – OCORRÊNCIA DE SANÇÕES DISCIPLINARES OU EXCLUSÕES DEVIDO AO COMPORTAMENTO DOS USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS

RESPOSTA	VALOR	%
Sim	12	100
Não	0	0
Não Sei	0	0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

Buscou-se demonstrar na pesquisa se os entrevistados acreditam que os procedimentos ou processos administrativos instaurados pelo comportamento dos usuários de drogas lícitas, podem resultar em sanções disciplinares ou até mesmo em exclusões das fileiras da PMPR, sendo respondido positivamente por todos.

GRÁFICO 9 – OCORRÊNCIA DE SANÇÕES DISCIPLINARES OU EXCLUSÕES DEVIDO AO COMPORTAMENTO DOS USUÁRIOS DE DROGAS LÍCITAS



FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

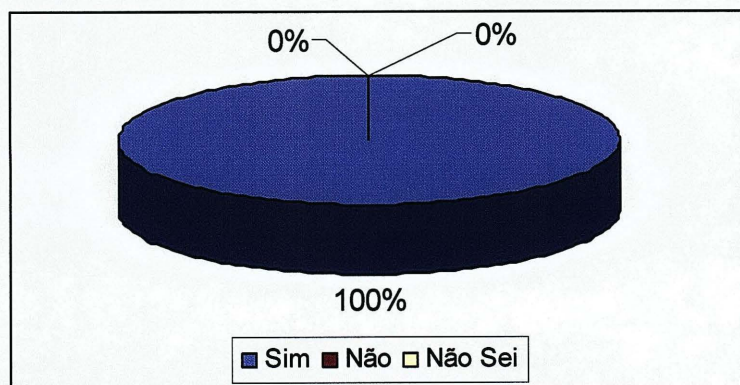
TABELA 10 – OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO DA ATIVIDADE OPERACIONAL DEVIDO AO AFASTAMENTO DE PM PROCEDENDO E RESPONDENDO PROCEDIMENTOS OU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

RESPOSTA	VALOR	%
Sim	12	100
Não	0	0
Não Sei	0	0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

Buscou-se saber se ocorre prejuízo da atividade operacional devido ao afastamento de PM procedendo e/ou respondendo procedimentos ou processos administrativos, cem por cento dos entrevistados entendem que o afastamento do PM do serviço para responder procedimento ou processo administrativo ou mesmo cumprir sanções disciplinares proveniente do comportamento pelo uso de drogas lícitas, bem como, o pessoal para procedê-los, minimiza os recursos humanos para execução da atividade operacional.

GRÁFICO 10 – OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO DA ATIVIDADE OPERACIONAL DEVIDO AO AFASTAMENTO DE PM PROCEDENDO E RESPONDENDO PROCEDIMENTOS OU PROCESSOS ADMINISTRATIVOS



FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

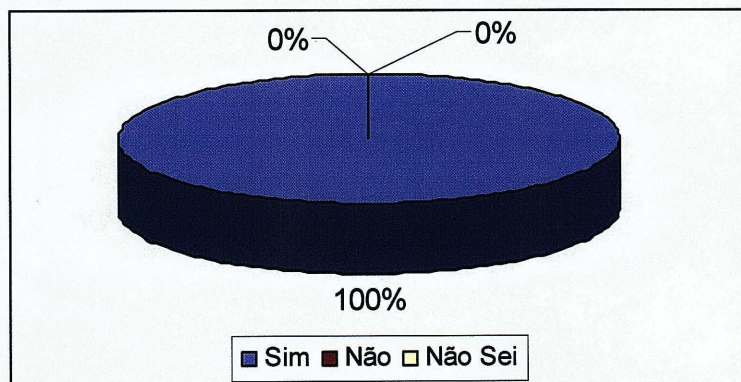
TABELA 11 – OCORRÊNCIA DE PREJUÍZOS PARA O COMANDO EM TODOS OS SETORES COM PESSOAL DEVIDO AO USO DE DROGAS LÍCITAS

RESPOSTA	VALOR	%
Sim	12	100
Não	0	0
Não Sei	0	0
TOTAL	12	100

FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

Pesquisados sobre a ocorrência de prejuízos para o Comando nos setores administrativo e operacional, devido ao uso de drogas lícitas, obteve-se a unanimidade nas respostas.

GRÁFICO 11 – OCORRÊNCIA DE PREJUÍZOS PARA O COMANDO EM TODOS OS SETORES COM PESSOAL DEVIDO AO USO DE DROGAS LÍCITAS



FONTE: Pesquisa de Campo com autoridades da PMPR.

6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

6.1 CONCLUSÕES

Depois de tudo o que foi referenciado no presente estudo, chegamos a algumas conclusões que são de muita valia para o futuro, tanto de nossos policiais-militares, quanto para a Organização.

A PMPR tem o compromisso de bem servir à sociedade. Apesar de seu processo histórico passar por épocas em que a organização era treinada militarmente para a defesa do Estado-Membro, em tempos atuais, em face da emergência do fenômeno da violência urbana, dedica-se ao provimento da segurança pública, traduzida na proteção e socorro ao indivíduo e à sociedade.

A realidade atual vivida pela organização, obriga a que ela se modernize, aperfeiçoe suas estruturas e reveja conceitos. Tais procedimentos se fazem necessários pela privação de vida social ao que o policial-militar é submetido, pela rigidez de normas e condições minoritárias, sendo que tais aspectos, cientificamente comprovados, predispõem o policial-militar a doenças, pois o sistema atua como um agente estressor psicossocial.

A ocorrência de manifestações de doenças dentro de uma organização é um índice importante para se verificar o nível de saúde deste meio, não somente em termos higiênico-sanitários, mas também em termos de saúde social, que pode comprometer o indivíduo, inclusive, biologicamente.

O policial-militar, mesmo com uma estrutura psicológica bem sedimentada, torna-se uma vítima fácil de certos males. A despeito de outras conseqüências que possam advir de sua relação com a atividade e com o ambiente profissional, é o uso de drogas lícitas que tem feito muitos sucumbirem.

Não há como fechar os olhos para este problema cujas conseqüências afetam a família do usuário de drogas lícitas, a Corporação e a comunidade ao qual o PM serve.

Na maioria das vezes na PMPR, só existe a preocupação com o policial-militar que faz uso de drogas lícitas quando ele está apresentando problema de absenteísmo e

envolve-se em situações na rua que comprometem a Corporação. Até que isso ocorra, provavelmente, ele já estará comprometido com a dependência química. Aí a postura é sempre de caráter disciplinar e pouquíssimas vezes de encaminhar este policial-militar para tratamento de saúde.

Não é dada a todos esta oportunidade, haja vista que muitos são submetidos a processo administrativo que pode resultar em demissão do cargo.

Tratar do trabalhador usuário de drogas lícitas é mais econômico do que demiti-lo como nos revelaram os dados de algumas organizações privadas que implantaram programas neste sentido.

Nossa sociedade minimiza, camufla e deturpa o problema relativo ao usuário de drogas lícitas. O próprio termo já é visto como pejorativo. Mesmo as pessoas que, teoricamente, aceitam esta prática como doença, não vêem, na prática, o doente como doente.

Graças às falsas concepções valorativas dessas substâncias, como o tabaco e as bebidas alcoólicas, mascaradas no simbolismo milenar do uso do álcool e tabaco aliadas às idéias estereotipadas sobre os bebedores e fumantes excessivos, adotamos um posicionamento quase sempre de indiferença, e por que não dizer, de irresponsabilidade.

A dura realidade dos policiais-militares vitimados pelas drogas lícitas, que são tratados igualmente aos leprosos da Roma Antiga ou aos loucos durante a Idade Média, guardadas as devidas proporções, dispensa pesquisas mais profundas. A constatação se evidencia no dia-a-dia, no quartel, em casa, na rua e em qualquer lugar. Enquanto não for dado um enfoque médico à questão, as medidas atuais referentes ao combate às drogas lícitas não surtirão nenhum efeito, e só servirão para agravá-la.

Durante o estudo, evidenciou-se que a Polícia Militar, através de sua Diretoria de Saúde, não se encontra ainda preparada para identificar os policiais-militares dependentes de drogas lícitas, ou com tendências.

Por fim, cumpre o presente estudo com seus objetivos propostos, que são o de evidenciar a preocupação que o Comando deve ter para com esse problema e demonstrar ainda, que vários casos foram registrados, desde o segundo semestre do ano 2002 até o momento, de policiais-militares que submetem-se a processos e

procedimentos administrativos. Ressalta-se ainda que, esta estatística não se refere a todos os policiais-militares que usam drogas lícitas, apenas aos usuários que originaram problemas. Se considerarmos, ainda, toda a amostra, que foram 2665 policiais-militares, com certeza, encontraremos vários outros usuários de drogas lícitas que, por ainda não terem causado transtornos à Corporação, vivem no anonimato prejudicando sua saúde diariamente, ainda mais quando este mal afeta suas famílias e seu convívio social harmonioso.

É necessário atingir metas de prevenção primária, indivíduos com uso abusivo de drogas lícitas ainda que sem dependência, diminuição do estigma e ampliação dos cuidados com o indivíduo.

A PMPR deve se antecipar, preocupando-se com o seu policial-militar no trato com a sua qualidade de vida, não esperando que isto se torne uma reivindicação dos níveis hierárquicos mais baixos.

6.2 SUGESTÕES

Depois de todo o explicitado, conceituado sobre os malefícios das drogas lícitas ao ser humano, tanto para sua saúde, quanto para todo seu convívio social, ficaram pautados os prejuízos que este uso traz para a Corporação e seus integrantes.

Percebeu-se durante a análise quantitativa, a dificuldade no levantamento dos dados pelos pesquisados, que não existe um controle propriamente dito para apuração de usuários de drogas lícitas, bem como, tabulação dos policiais-militares que causam prejuízos ao Comando da Corporação.

Importante ressaltar que hoje, a Polícia Militar do Paraná identifica usuários de drogas lícitas, somente quando estão causando problemas à Instituição, e a forma de correção para estes policiais-militares, é a coerção, através de procedimentos ou processos administrativos, ou então, tardiamente, terem que afastar o PM por motivos de saúde, ocasionados pelo uso de drogas lícitas. Assim sendo, serve o presente estudo para apresentar a existência do problema e sugerir:

- Criação de uma política de Comando, voltada para o combate ao uso de drogas lícitas na PMPR, visando:

- Promoção de palestras educativas a todos os integrantes da Corporação, esclarecendo as conseqüências danosas da dependência dessas drogas ao PM, familiares, à sociedade e à Instituição;
- Atribuir aos escalões de Comando, Direção e Chefia, o controle de ações relativas ao uso de drogas lícitas pelos seus subordinados, orientando, quando for o caso, o encaminhamento à Diretoria de Saúde da PMPR para avaliação e conduta;
- Incentivar que as OPM do interior do Estado, procurarem celebrar convênios com instituições de ensino superior, buscando orientação médica e psicológica aos PM usuários de drogas lícitas. Incentivara também que esses profissionais da área médica realizem também palestras aos demais integrantes das Unidades Operacionais;
- Promoção de campanha institucional com o envolvimento da PM/5, DS e DP/SAS, visando esclarecer e informar o PM, buscando a conscientização quanto aos perigos do uso de drogas lícitas, através de palestras, publicações, cartazes, mensagens em contracheque e outros.

- Elaboração de pesquisa no sentido de tabular, de forma quantitativa, em todo o efetivo da Corporação, a quantidade de policiais-militares usuários de drogas lícitas, visando atingir, também aqueles usuários que estão no anonimato e que ainda não apresentaram transtornos na gestão de atividades da Corporação.

REFERÊNCIAS

- BRATZ, Liroy L. O Combate ao Estresse Policial. **Revista Especial da PMRJ**. Rio de Janeiro: Mai 1993.
- CARTWRIGHT, D. e ZANDER, R. A. **Dinâmica de Grupo**. São Paulo: Herder, 1972.
- CORDEIRO, Nelson Fernando. Investidura Militar – Instrumento de Controle das Forças Policiais. **A Força Policial**. São Paulo nº 7, jul-ago 1995.
- ESPÍRITO SANTO, Alexandre do. **Delineamento da Metodologia Científica**. São Paulo: Loyola, 1992.
- FERRAZ, Silvio. **Droga no Trabalho**. Revista Veja. ed. 1707. 2001; 154 pp.
- GABBARD, Glen O. **Psiquiatria Psicodinâmica: baseado no DSM IV**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- LIMA, João Cavalin de. **Estresse Policial**. Curitiba: AVM, 2002.
- MELLO FILHO, Julio de et al. **Psicossomática Hoje**. São Paulo: Artmed, 1992.
- ORQUIZA, Dra. Sônia Maria Coutinho. **Estresse para que? Diminua o Ritmo... Relaxe... Cuide de Você**. www.orientacoesmedicas.com.br, acesso em 09/07/2005.
- PANITZ, Mauri Adriano. **In vino veritas?** Porto Alegre: Sagra, 1991.
- PARANÁ, Governo do Estado do. **Site Educativo Voltado à Adolescência quanto ao Conhecimento das Drogas**. www.adolesite.aids.gov.br, acesso em 09/07/2005.
- PARANÁ, Secretaria de Saúde do Estado do. **Clareando a Mente sobre Drogas**. www.hospitalgeral.com.br, acesso em 09/07/2005;
- ROBBINS, S. **Comportamento Organizacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- SÃO PAULO, Governo do Estado de. Instituto de Medicina Social e de Criminologia **Conceito de Drogas Lícitas**. www.imesc.sp.gov.br/infodrogas, acesso em 09/07/2005.
- SÃO PAULO, Governo do Estado de. **Hospital Nove de Julho**. www.h9j.com.br, acesso em 09/07/2005.
- SAÚDE. Organização Mundial da. A Saúde do Mundo. **Alcoolismo como Doença**. Ed. 501. Suíça. 1973.
- SAÚDE, Organização Mundial da. **Você Sabe o que o Tabaco Faz?** www.irara.com.br, acesso em 09/07/2005.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para Apresentação de Trabalhos**. 2.ed. Curitiba: UFPR, 2002.
- VIOLANTI, Jonh M. **Padrões de Estresse no Trabalho Policial: Um Estudo Longitudinal**. Revista Especial PMRJ: 19-27 Mai 1993.

ZANELLI, José Carlos. **Formação Profissional e Atividade de Trabalho: Análise das Necessidades Identificadas por Psicólogos Organizacionais.** Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1992

LEGISLAÇÃO

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: DF: Senado, 1988.

ANEXOS



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS



Of. n.º 01 – CAO

Curitiba, 08 de Agosto de 2005.

Sr. Diretor,

1. Através do presente, leva ao conhecimento de Vossa Senhoria que desenvolvo um trabalho Técnico-Científico com o tema: **PREJUÍZO DAS DROGAS LÍCITAS PARA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.**

2. O desenvolvimento do tema, tem por objetivo levantar quantitativamente e qualitativamente os prejuízos causados para o gerenciamento da Corporação pelo uso de drogas lícitas (**alcoolismos e tabagismo**) pelo PM, com o intuito de despertar a preocupação do Comando da Polícia para o problema.

3. Visando a obtenção de dados que certamente são o fator preponderante para o êxito do referido trabalho, tendo como **amostra para pesquisa o "Comando do Policiamento da Capital (CPC)" no período compreendido do 2º semestre do ano de 2002 até o 2º semestre do ano 2005**, solicito-vos o seguinte:

3.1. A quantidade de Policiais Militares afastados do serviço, motivado pelos males causados pela drogas lícitas;

3.2. A quantidade de instauração de procedimento ou processo administrativo, proveniente do comportamento dos usuários de drogas lícitas;

3.3. A quantidade de sanções disciplinares e exclusões das fileiras da PMPR, causado pelo comportamento dos usuários de drogas lícitas;

3.4. A quantidade de Policiais Militares afastados do serviço, motivado por sanções disciplinares resultante de comportamento dos usuários de drogas lícitas;

3.5. A quantidade do efetivo existente no Quadro Organizacional ano a ano, no período acima descrito.

Para qualquer eventualidade ou esclarecimento, deixo o nº de telefone (41) 9925-9480 ou E-mail: **capngomes@pop.com.br**.

Atenciosamente,

Gilberto do N. Gomes, Capitão QOPM
Oficial Aluno do CAO/2005

Ao Sr. Diretor de Pessoal da PMPR



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS



Of. n.º 02 – CAO

Curitiba, 08 de Agosto de 2005.

Sr. Comandante,

1. Através do presente, leva ao conhecimento de Vossa Senhoria que desenvolvo um trabalho Técnico-Científico com o tema: **PREJUÍZO DAS DROGAS LÍCITAS PARA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.**

2. O desenvolvimento do tema, tem por objetivo levantar quantitativamente e qualitativamente os prejuízos causados para o gerenciamento da Corporação pelo uso de drogas lícitas (**alcoolismos e tabagismo**) pelo PM, com o intuito de despertar a preocupação do Comando da Polícia para o problema.

3. Visando a obtenção de dados que certamente são o fator preponderante para o êxito do referido trabalho, tendo como **amostra para pesquisa o "Comando do Policiamento da Capital (CPC)" no período compreendido do 2º semestre do ano de 2002 até o 2º semestre do ano 2005**, solicito-vos o seguinte:

3.1. A quantidade de Policiais Militares afastados do serviço, motivado pelos males causados pela drogas lícitas;

3.2. A quantidade de instauração de procedimento ou processo administrativo, proveniente do comportamento dos usuários de drogas lícitas;

3.3. A quantidade de sanções disciplinares e exclusões das fileiras da PMPR, causado pelo comportamento dos usuários de drogas lícitas;

3.4. A quantidade de Policiais Militares afastados do serviço, motivado por sanções disciplinares resultante de comportamento dos usuários de drogas lícitas;

3.5. A quantidade do efetivo existente no Quadro Organizacional ano a ano, no período acima descrito.

Para qualquer eventualidade ou esclarecimento, deixo o n.º de telefone (41) 9925-9480 ou E-mail: capngomes@pop.com.br.

Atenciosamente,

Gilberto do N. Gomes, Capitão QOPM
Oficial Aluno do CAO/2005

Ao Sr. Comandante do Policiamento da Capital da PMPR



**POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**



Of. nº 03/Circular – CAO

Curitiba, 08 de Agosto de 2005.

Sr. Comandante,

1. Através do presente, leva ao conhecimento de Vossa Senhoria que desenvolvo um trabalho Técnico-Científico com o tema: **PREJUÍZO DAS DROGAS LÍCITAS PARA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.**

2. O desenvolvimento do tema, tem por objetivo levantar quantitativamente e qualitativamente os prejuízos causados para o gerenciamento da Corporação pelo uso de drogas lícitas (**alcoolismos e tabagismo**) pelo PM, com o intuito de despertar a preocupação do Comando da Polícia para o problema.

3. Visando a obtenção de dados que certamente são o fator preponderante para o êxito do referido trabalho, tendo como **amostra para pesquisa o "Comando do Policiamento da Capital (CPC)" no período compreendido do 2º semestre do ano de 2002 até o 2º semestre do ano 2005**, solicito-vos o seguinte:

3.1. A quantidade de Policiais Militares afastados do serviço, motivado pelos males causados pela drogas lícitas;

3.2. A quantidade de instauração de procedimento ou processo administrativo, proveniente do comportamento dos usuários de drogas lícitas;

3.3. A quantidade de sanções disciplinares e exclusões das fileiras da PMPR, causado pelo comportamento dos usuários de drogas lícitas;

3.4. A quantidade de Policiais Militares afastados do serviço, motivado por sanções disciplinares resultante de comportamento dos usuários de drogas lícitas;

3.5. A quantidade do efetivo existente no Quadro Organizacional ano a ano, no período acima descrito.

Para qualquer eventualidade ou esclarecimento, deixo o nº de telefone (41) 9925-9480 ou E-mail: **capngomes@pop.com.br**.

Atenciosamente,

**Gilberto do N. Gomes, Capitão QOPM
Oficial Aluno do CAO/2005**

Aos Senhores Comandantes do 12º BPM, 13º BPM, 17º BPM, RPMon, BPTran, BPGd, Cia P Choq e Cia P Gd Ind.



POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS



FORMULÁRIO DE PESQUISA

1. INSTRUÇÃO PARA PREENCHIMENTO:

1.1. Preencha abaixo a data e horário da pesquisa.

Data da pesquisa: ____/____/2005

Horário: ____:____

1.2. Conforme a relação abaixo, assinale com um "X" a autoridade a ser pesquisada no dia em pauta:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Comandante Geral da PMPR | <input type="checkbox"/> Diretor de Ensino |
| <input type="checkbox"/> Chefe do Estado Maior da PMPR | <input type="checkbox"/> Diretor de Saúde |
| <input type="checkbox"/> Comandante do Policiamento do Interior | <input type="checkbox"/> Chefe da PM/1 |
| <input type="checkbox"/> Comandante do Policiamento da Capital | <input type="checkbox"/> Chefe da PM/3 |
| <input type="checkbox"/> Comandante do Corpo de Bombeiros | <input type="checkbox"/> Chefe do SAS/DP |
| <input type="checkbox"/> Diretor de Pessoal da PMPR | <input type="checkbox"/> Chefe da SJD/DP |

1.3. Explique ao pesquisado o objetivo da pesquisa: levantar os prejuízos causados para o gerenciamento da Corporação pelo uso de drogas lícitas (**alcoolismo e tabagismo**) pelo PM.

1.4. **Quanto ao questionário**, faça a pergunta direta, esclarecendo se necessário alguma dúvida de interpretação, marcando na seqüência com um "X" a resposta do pesquisado ou a que mais corresponda com sua **opinião**.

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA

01. No decorrer de sua carreira, já teve que administrar problema com pessoal causado pelo uso de drogas lícitas?

- SIM NÃO NÃO SEI

03. Os males causados pela drogas lícitas, provoca afastamento do PM ao serviço por problema de saúde?

- SIM NÃO NÃO SEI

04. O afastamento do serviço por problema de saúde, causado pelo uso drogas lícitas, provoca sobrecarga de outros, que terão que cobrir aquela lacuna?

- SIM NÃO NÃO SEI



**POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**



Continuação do Questionário

05. O afastamento do PM do serviço, e a substituição deste, minimiza os recursos humanos para execução da atividade policial?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

06. O comportamento dos usuários de drogas lícitas, provoca instauração de procedimento ou processo administrativo na PM?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

07. A instauração de procedimento ou processo administrativo na PM, causados pelo comportamento dos usuários de drogas lícitas, provoca dispêndio de pessoal para apurar responsabilidade administrativa?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

08. Os procedimentos ou processos administrativos instaurados pelo comportamento dos usuários de drogas lícitas, podem resultar sanções disciplinares ou até exclusão das fileiras da PMPR?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

09. O afastamento do PM do serviço para responder procedimento ou processo administrativo ou mesmo cumprir sanções disciplinares proveniente do comportamento pelo uso de drogas lícitas, bem como, o pessoal para proceder os mesmos, minimiza os recursos humanos para execução da atividade policial?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

10. O problema com pessoal causado pelo uso drogas lícitas, resulta prejuízos para o comando nos setores administrativo e operacional?

() SIM () NÃO () NÃO SEI